

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG ANTÔNIO CÉSAR PORTELA MARQUES

A GEOPOLÍTICA DA CHINA E SUA EXPANSÃO PARA O MAR DO SUL DA CHINA:
possíveis interferências e ensinamentos para a Marinha do Brasil.

Rio de Janeiro

2017

CMG ANTÔNIO CÉSAR PORTELA MARQUES

A GEOPOLÍTICA DA CHINA E SUA EXPANSÃO PARA O MAR DO SUL DA CHINA:
possíveis interferências e ensinamentos para a Marinha do Brasil.

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM-1) Alceu Oliveira
Castro Jungstedt

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2017

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, a Deus que me concede saúde e discernimento para realizar meus projetos.

Aos meus pais, Ilton (*in memorian*) e Edna, que forjaram meu caráter e dedicaram a mim todo o esforço necessário para minha formação.

Ao meu orientador, o CMG (RM-1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt, pela total disponibilidade e pelos ensinamentos, orientações e apoio, que tanto foram fundamentais durante o desenvolvimento desta tese.

Ao CMG (RM-1) Leonardo Faria de Mattos, que muito me ajudou nas pesquisas necessárias para o desenvolvimento desta tese, e também, pelos incentivos e disponibilidade.

Aos CMG Thadeu Marcos Orosco Coelho Lobo e CMG Ronald Alexandre Gaspar Fernandes, Adido Naval na China, pelos preciosos materiais bibliográficos, que contribuíram sobremaneira para a confecção desta tese.

Aos companheiros da turma do CPEM-2017, pelos enriquecedores debates que contribuíram não somente para o desenvolvimento desta tese, como também, para o meu desenvolvimento profissional.

Finalmente, à Escola de Guerra Naval e à Marinha do Brasil, pela oportunidade concedida de me aprimorar pessoal e profissionalmente.

RESUMO

O extraordinário crescimento econômico da República Popular da China nas últimas décadas, levou à mesma à condição de segunda maior economia do mundo nos dias atuais. Hoje, a República Popular da China possui intensas relações comerciais com Estados de todos os continentes. Dessa forma, qualquer problema que venha atingindo a sua economia, acaba afetando a economia mundial. Nesse sentido, o mundo vê com preocupação os conflitos no Mar do Sul da China, devido às disputas por soberania de território marítimo, envolvendo a República Popular da China e alguns outros Estados banhados por aquele mar. O Mar do Sul da China, pela sua importância estratégica, tornou-se sobremaneira importante para o desenvolvimento da República Popular da China. Hoje, cerca de um terço do comércio marítimo do mundo passa pelo Mar do Sul da China, através das suas Linhas de Comunicações Marítimas. Diante desse cenário, a República Popular da China vem requerendo a soberania de todas as ilhas situadas no Mar do Sul da China, o que tem gerado tensões com outros Estados vizinhos, que também possuem pleitos de soberania no mesmo mar. Ano passado, o Tribunal Internacional de Haia, analisando um questionamento das Filipinas sobre a ocupação das ilhas do Mar do Sul da China pela República Popular da China, julgou que a mesma não tem direito sobre as ilhas, aumentando as tensões na região. No caso do Brasil, a República Popular da China é a sua maior parceira comercial. Além disso, o Brasil mantém relações comerciais com outros países asiáticos no Pacífico Oeste. Cerca de um terço do comércio exterior brasileiro passa pela pelas Linhas de Comunicações Marítimas do Mar do Sul da China. Dessa forma, qualquer fato que venha a causar a interrupção dessas Linhas de Comunicações Marítimas, afetaria negativamente a balança comercial do Brasil. Portanto, mesmo sendo geograficamente longe, o Mar do Sul da China se aproxima do Brasil, pela importância que o mesmo possui para o desenvolvimento econômico brasileiro. Daí, encontra-se a motivação deste estudo, que foi identificar e analisar as possíveis interferências e os ensinamentos, que os conflitos originados diante da expansão da República Popular da China pelo Mar do Sul, teriam para o Brasil e para a Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Geopolítica, República Popular da China, Economia, Mar do Sul da China, Soberania, Linhas de Comunicações Marítimas, Brasil.

ABSTRACT

The extraordinary economic growth of the People's Republic of China in recent decades has led to it being the second-largest economy in the world today. Today, the People's Republic of China has extensive trade relations with States from all continents. In this way, any problem that may hit your economy, ends up affecting the world economy. In this regard, the world views with concern the conflicts in the South China Sea, due to disputes over sovereignty of maritime territory, involving the People's Republic of China and some other states bathed by that sea. The South China Sea, for its strategic importance, has become extremely important for the development of the People's Republic of China. Today, about a third of the world's maritime trade passes through the South China Sea through its Maritime Communications Lines. Given this scenario, the People's Republic of China has been demanding the sovereignty of all the islands located in the South China Sea, which has generated tensions with other neighboring states, which also have sovereignty suits in the same sea. Last year, the Hague International Tribunal, examining a question from the Philippines about the occupation of the South China Sea by the People's Republic of China, ruled that it was not entitled to islands, increasing tensions in the region. In the case of Brazil, the People's Republic of China is its largest trading partner. In addition, Brazil has trade relations with other Asian countries in the Western Pacific. About one-third of Brazil's foreign trade passes through the South China Sea Maritime Communications Lines. In this way, any fact that would cause the interruption of these Maritime Communications Lines would negatively affect Brazil's trade balance. Therefore, even though it is geographically far away, the South China Sea is closer to Brazil, because of its importance for Brazilian economic development. Hence the motivation of this study, which was to identify and analyze the possible interferences and the teachings, that the conflicts originated before the expansion of the People's Republic of China by the South Sea, would have for Brazil and for the Navy of Brazil.

Keywords: Geopolitics, China Popular Republic, Economy, South China Sea, Sovereignty, Maritime Communications Lines, Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	Anti-Acess e Area Denial
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EUA	Estados Unidos da América
LCM	Linhas de Comunicações Marítimas
MB	Marinha do Brasil
MSC	Mar do Sul da China
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PMD	Política Militar de Defesa
PND	Política Nacional de Defesa
RPC	República Popular da China
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A GEOPOLÍTICA DA CHINA.....	11
2.1	A Geopolítica da República Popular da China no Período da Guerra Fria.	13
2.2	A Geopolítica da República Popular da China no Período Pós-Guerra Fria até os dias atuais.....	22
2.3	A Geopolítica do Mar do Sul da China (MSC)	28
3	O MSC E OS CONFLITOS ENVOLVENDO A RPC.....	34
3.1	Histórico dos Conflitos no MSC envolvendo a RPC.....	36
3.2	Possíveis ensinamentos/interferências dos conflitos territoriais no MSC para a MB.....	50
4	CONCLUSÃO.....	62
	REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC)¹, sobremaneira nas quatro últimas décadas, tem apresentado um crescimento econômico pujante, em face, principalmente, das reformas políticas e econômicas de Deng Xiaoping², promovidas a partir da década de 1970. Em paralelo, vem modernizando significativamente seu poderio militar, e por conseguinte, vem aumentando seu poder político no cenário internacional.

Nesse sentido, a RPC tem ampliado seus interesses políticos em todos os continentes, sobretudo África e Américas Central e do Sul. Com o *status* de ser a segunda maior economia do mundo, vem fazendo investimentos de toda ordem nos Estados desses continentes.

O crescimento econômico da RPC é a face mais visível da sua ascensão, e as cifras dos investimentos estrangeiros na mesma e dos seus investimentos no exterior, explicam o novo patamar assumido por esse Estado na economia internacional. Dessa forma, qualquer alteração, seja ela positiva ou negativa, de seus indicadores econômicos tende a afetar a economia do mundo inteiro.

A RPC quer recuperar-se do tempo perdido durante o período conhecido como “Os Cem Anos de Humilhação”, de 1839 a 1949, quando teve parte de seu território ocupado pelas potências europeias e ficou sob o julgo do Japão durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse sentido, não por um acaso, a RPC vem ampliando seus investimentos em diversos projetos estratégicos, em especial, os relacionados ao poder militar.

¹A República Popular da China foi proclamada em 1949, por Mao Tsé-Tung, diante de 300.000 mil pessoas na cidade de Pequim (KISSINGER, 2011).

²Deng Xiaoping (1904-1997) foi um político e líder comunista chinês, responsável pela introdução das últimas grandes reformas políticas e econômicas (1978-1990) na RPC, implantando uma economia de mercado e realizando uma política de aproximação com o Japão e os Estado Unidos da América, atraindo dessa forma, grandes quantidades de capitais estrangeiros para o país (KISSINGER, 2011).

De outra forma, numa ação política, dentro do espírito de levar adiante sua recuperação como potência mundial, a RPC vem adotando uma política expansionista, especialmente, reivindicando a totalidade do Mar do Sul da China (MSC)³, reivindicação que, de certa forma, foi formalizada em 1992, com a aprovação da sua Lei de Águas Territoriais, como também por meio de construção de ilhas artificiais com facilidades militares, no mesmo MSC.

O referido pleito da RPC não foi visto com bons olhos pelos Estados vizinhos, nem pelos Estados Unidos da América (EUA), que devido à importância geográfica do MSC, conhecido como a “Garganta do Pacífico” (KAPLAN, 2011), por onde passam importantes linhas marítimas de fluxo comercial, preferem manter o *status quo* naquela área, garantindo uma estabilidade geopolítica na região. Além da importância geográfica, o MSC possui reconhecidamente uma grande reserva de hidrocarbonetos sólidos e gasosos, o que confere ao mesmo uma grande importância econômica. Esse caso foi parar num tribunal de arbitragem, em Haia, que não viu base legal na alegação da RPC em ter direitos históricos sobre a região.

Portanto, o estudo desse tema se justifica por ganhar evidente importância nos dias atuais, pois nesse contexto, o pleito da RPC de reivindicar as ilhas do MSC, por alegações históricas, mais claramente com interesses econômicos e estratégicos, pode influenciar na efetividade da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e nas decisões das comissões das Organizações das Nações Unidas (ONU) que tratam do Direito do Mar, como a livre navegação nos mares.

³Mar do Sul da China cobre uma extensão de mais de 395.000 quilômetros quadrados no Oceano Pacífico, num trecho que vai aproximadamente do Estreito de Málaca a sudoeste até o Estreito de Taiwan a nordeste, banhando: China e Taiwan, ao norte, Vietnã, ao oeste, Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia e Singapura, ao sul e ao sudoeste e Filipinas, ao leste. Nele encontram-se milhares de pequenas ilhas e recifes, a maioria localizadas nos Arquipélagos de Paracel e Spratly (BURGESS, 2010).

Esse assunto é também sobremaneira importante para MB, haja vista que a mesma possui pleitos importantes na Comissão de Levantamento da Plataforma Continental da ONU. O próprio Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Bacelar Leal Ferreira, citou esse potencial conflito no MSC como relevante para a MB⁴. De acordo com o mesmo, em que pese o fato dessa área ficar distante do Brasil, 40% do tráfego mercante brasileiro passa pelo MSC, e um eventual conflito naquela área afetaria, significativamente, o comércio exterior brasileiro ao comprometer a segurança de uma das suas principais Linhas de Comunicações Marítimas (LCM)⁵.

Dessa forma, considerando-se os aspectos relevantes supramencionados, este trabalho tem como propósito identificar possíveis ensinamentos ou reflexos para a MB, por meio de análise dos acontecimentos envolvendo as disputas territoriais pelas ilhas do MSC, que estão sendo reclamadas por parte da RPC e Estados do sudeste asiático.

Para isso, foram estabelecidos objetivos intermediários, a fim de que sejam apresentados a situação geopolítica do MSC, um histórico das disputas em andamento pelas ilhas do MSC, as decisões de organismos internacionais acerca das disputas pelas referidas ilhas e possíveis interferências no tráfego mercante brasileiro naquela região, chegando-se então, ao objetivo principal do trabalho, conforme já supramencionado.

Dessa forma, serão coletados os dados relativos à geopolítica da RPC, incluindo considerações acerca do MSC, para o desenvolvimento do segundo capítulo do estudo.

Em seguida, para o desenvolvimento do terceiro capítulo, serão coletados dados relativos ao histórico dos conflitos referentes à disputa das ilhas do MSC, e diante desses, serão

⁴Informe repassado durante palestra no Curso Superior de Defesa, na Escola Superior de Guerra, em 08 de março de 2017.

⁵Linhas de Comunicações Marítimas, abreviadas neste trabalho como LCM, serão consideradas como “as rotas prioritárias que ligam os portos do mundo, pelos quais passam a maior parte do fluxo internacional de mercadorias, recursos energéticos e também engenhos militares de todos os gêneros. As LCM encontram-se abertas em tempo de paz, todavia podem ser bloqueadas em tempo de guerra” (ROEDEL, 2012, p.21).

identificados e analisados possíveis ensinamentos ou interferências dos fatos relacionados às disputas territoriais no MSC, para o Brasil e para a MB.

Finalmente, no quarto capítulo serão apresentadas as conclusões referentes ao presente estudo, o qual terá a abrangência temporal compreendida desde o período do fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais.

2 A GEOPOLÍTICA DA CHINA

A República Popular da China é um Estado localizado no leste asiático que faz fronteira com a Rússia, Coreia do Norte, Mongólia, Cazaquistão, Nepal, Butão, Índia, Mianmár, Laos e Vietnã. É o terceiro maior Estado do mundo em extensão territorial e tem a maior população do planeta, com mais de um bilhão e trezentos mil habitantes. Nas últimas décadas, a RPC tem crescido nos planos econômico e geopolítico, sendo membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e fazendo parte da OMC (Organização Mundial do Comércio). Atualmente, a RPC já é a segunda maior economia do mundo (DE JESUS, 2013).



FIGURA 1- Mapa-múndi sob à ótica chinesa, com a China no centro do mundo.
Fonte: <https://brasildelonge.files.wordpress.com/2014/01/china-mapa-21.jpg>

A China é uma nação de povoamento milenar, que por muito tempo, sob à égide de uma monarquia imperial, preferiu se isolar do mundo, desenvolvendo sua cultura de maneira

autóctone. Kissinger ao abordar esse isolamento do Império do Meio⁶ (FIG.1) diz: “O incrível isolamento chinês engendrou uma autopercepção particular. As elites chinesas foram se acostumando cada vez mais à noção de que a China era única” (KISSINGER, 2011, p.16).

Essa condição de isolamento foi sustentada até o século XVIII, mas no século seguinte, a partir da Guerra do Ópio (1839-1842), a China sofreu várias incursões de Estados como Inglaterra, França, Japão, Rússia, Alemanha e EUA, que passam a explorar suas riquezas, durante o período dos “Os Cem Anos de Humilhação” (DE JESUS, 2013).

A população chinesa ficou bastante insatisfeita com o cenário de invasões, e voltou-se contra o governo imperial, organizando-se para derrubá-lo. Daí surgem dois partidos que desejavam derrubar o Império, o Partido Nacionalista e o Partido Comunista Chinês, em 1912 e 1921, respectivamente.

Os dois partidos conseguiram juntos derrubar o imperador, contudo, após a morte do fundador do Partido Nacionalista, em 1927, iniciaram uma guerra civil pelo controle do país.

Liderados por Mao Tsé-Tung (1893-1976), os comunistas venceram a guerra, em 1949, e proclamaram a República Popular da China, implantando um regime socialista. Os nacionalistas, não tendo mais forças para se contrapor, fugiram para a ilha de Formosa e proclamam a República da China (Taiwan), implantando um sistema capitalista (DE JESUS, 2013).

Este capítulo está dividido em três seções, onde será abordada, a geopolítica⁷ da RPC, na sua primeira seção, desde à sua proclamação até o fim da Guerra Fria (1945-1991), na segunda seção será abordada a geopolítica da RPC no período pós-Guerra Fria e na terceira seção será abordada a geopolítica do MSC.

⁶Os imperadores chineses consideravam a China como o país do centro do mundo, conforme o mapa-múndi da FIG.1, daí chamar-se a própria de Império do Meio (KISSINGER, 2011).

⁷Segundo o General Golbery do Couto e Silva, a Geopolítica é a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição (FREITAS, 2004).

2.1 A Geopolítica da República Popular da China no Período da Guerra Fria⁸

Ao ser proclamada, em 1949, a RPC tinha diante de si um enorme desafio, que era se erguer dos “Cem Anos de Humilhação”. À época, a RPC era um Estado subdesenvolvido, sem capacidade militar e tecnologicamente bem atrasado em relação às grandes potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Os EUA, eram a grande potência nuclear, e desde o final da guerra se envolviam nos assuntos asiáticos, mas ficaram decepcionados por não terem se envolvido, mais fortemente, para impedir o regime comunista de Mao Tsé-Tung de assumir o comando da China (KISSINGER, 2011).

Nesse contexto, num primeiro momento, a RPC procurou fazer uma parceria estratégica com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de quem já era uma aliada ideológica, mesmo diante das disputas territoriais que possuíam com ela, a fim de contrabalançar a oposição dos EUA ao seu regime. Dessa forma, dois meses após proclamar a RPC, Mao Tsé-Tung viaja para Moscou, a fim de selar uma aliança com aquela superpotência comunista. Todavia, o que se viu mais para frente foi que, esse encontro iniciou uma série de ações de uma diplomacia triangular, envolvendo a RPC, a URSS e os EUA, que num momento se aliavam, e em outros, atuavam uns contra os outros (KISSINGER, 2011).

Tsé-Tung no campo das relações exteriores, pregava uma revolução mundial ideológica comunista. Ele introduziu nessas relações, um estilo especial, que para se sobrepor à sua fragilidade militar, substituía a força física por militância ideológica e percepção psicológica, se valendo da tradição chinesa de manipulação dos bárbaros (KISSINGER, 2011).

⁸Guerra Fria (1949-1991) - período em que o cenário internacional foi dominado pelas disputas estratégicas e hostilidades ideológicas, entre as duas potências dominantes, EUA e a URSS, que só veio a terminar com a extinção da URSS, em 1991. Nota do autor.

O seu primeiro-ministro das relações exteriores deixava claro que, antes de estabelecer relações diplomáticas com Estados imperialistas ocidentais, deveria suprimir qualquer resquício de influência colonial (KISSINGER, 2011).

A RPC, aos poucos, foi se estabelecendo como uma potência a ser levada à sério, redefinindo a identidade chinesa internamente e, diplomaticamente, desafiando as potências nucleares. Na Ásia, devido à forte influência que a RPC passou a exercer, tudo caminhava rapidamente para que os países adotassem a ideologia comunista, no entanto, a política externa estadunidense, passou a apoiar os regimes asiáticos que fossem contrários ao comunismo, com o intuito de garantir a sua preponderância no Atlântico e no Pacífico simultaneamente, freando um pouco a expansão comunista naquele continente (LOBO, 2012).

Os EUA, em termos geopolíticos e estratégicos, viam a junção política da grande massa terrestre da URSS e dos seus recursos naturais, humanos e poder militar, somados à densidade demográfica da RPC, como uma verdadeira caracterização da teoria da escola clássica geopolítica de Mackinder⁹ (1861-1947), que previa a dominação da Eurásia como passo determinante para a dominação global. Portanto, essa ameaça justificaria a política externa adotada pelos EUA, como aludido acima (LOBO, 2012).

Nos seus conflitos, tanto com os EUA, como também com a URSS, Tsé-Tung tinha por objetivo impedir o cerco estratégico. Esse objetivo de impedir o cerco estratégico, por qualquer potência, independente de ideologia, foi o que levou a RPC à Guerra da Coreia (1950-1953) (KISSINGER, 2011).

Na Guerra da Coreia, após a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte, e a consequente intervenção militar dos EUA no conflito, Mao Tsé-Tung, sob o lema de derrotar a

⁹Halford John Mackinder desenvolveu a teoria geopolítica do *Heartland* de que o controle dos mares não era chave do poderio das nações marítimas, e sim, o controle da porção terrestre localizada na Europa Oriental e parte da Ásia Ocidental, que seria propriamente dito o que ele denominou de Heartland. Para ele quem dominasse essa região teria o controle do mundo. Nota do autor.

suposta arrogância estadunidense, enviou tropas para conter o avanço dos EUA no território norte coreano. Após idas e vindas, e à espera, por dois anos, da negociação de um armistício que finalizasse a guerra, a RPC, apesar de não ter atingido seu objetivo original, que seria o de rechaçar as forças estadunidenses de toda a península coreana, saiu com o país redefinido aos seus próprios olhos, como também, aos olhos do mundo:

Nesse sentido mais amplo, a Guerra da Coreia foi algo mais do que um empate. Ela estabeleceu a recém-fundada República Popular da China como potência militar e centro da revolução asiática. Também determinou uma credibilidade militar que a China, como um adversário digno de se temer e respeitar, iria usufruir ao longo das diversas décadas seguintes. A lembrança da intervenção chinesa na Coreia iria mais tarde refrear significativamente a estratégia americana no Vietnã. (KISSINGER, 2011, p.100).

Pequim triunfou ao usar a guerra apregoando a resistência à América e a ajuda da RPC à Coreia e sua campanha punitiva, pois dessa forma, Mao eliminou a oposição doméstica à supremacia do Partido Central e reavivou o entusiasmo revolucionário e o orgulho nacional na sua população (KISSINGER, 2011).

A rivalidade com os EUA, que dominou a diplomacia asiática por quase todo o período da Guerra Fria, continuava determinando as ações de Mao Tsé-Tung, que um ano e meio após o fim da Guerra da Coreia, confrontaria militarmente aquele país, dessa vez, devido à uma crise no estreito de Taiwan. Assim, em 1954, a RPC, que não aceitava a perda de Taiwan para os nacionalistas, sob uma autoridade administrativa a parte, bombardeou as ilhas de Quemoy e Matssu, que ficavam a uma distância muito menor da costa chinesa do que Taiwan, e eram vistas pelos nacionalistas como bases avançadas para a retomada da porção continental da RPC (KISSINGER, 2011).

O bombardeio pela RPC, levou aos EUA a defenderem essas ilhas, pois queriam manter o *status quo* no estreito de Taiwan, fazendo ameaças inclusive de fazerem uso de armas nucleares táticas. A RPC manteve uma rotina de bombardeios às ilhas enquanto sentava com os EUA, para um desfecho negociado dessa crise, haja vista, que era sabedora de não estar

preparada para uma invasão simultânea das mesmas e combater uma oposição combinada. Nesse sentido, esse conflito chega ao fim, em 1955 (KISSINGER, 2011).

Em 1958, no entanto, Mao Tsé-Tung inicia nova série de ataques às mesmas ilhas, e seu Exército de Libertação Popular chegou a evocar a invasão de Taiwan, algo que na verdade não estava nos objetivos de Mao naquele momento. Esse novo ataque era uma forma de reiniciar as discussões com a diplomacia estadunidense, que estavam paradas desde o conflito anterior.

Nesse segundo conflito com Taiwan, que durou cerca de dois meses, diferentemente do primeiro, a RPC contou com o apoio direto da URSS, que chegou a fazer ameaças de emprego de armas nucleares, em caso de intervenção dos EUA. Dessa forma, Mao Tsé-Tung viu sua estratégia de opor as duas potências da Guerra Fria funcionar, no entanto, os EUA, que tiveram a clareza, após mais esse conflito, de que um dos objetivos da RPC era a retirada das forças estadunidenses do Pacífico Ocidental, não negociando mais com a mesma (KISSINGER, 2011).

Em 1961, a aliança com a URSS, que foi determinante para fomentar a indústria de base e bélica da RPC, foi desfeita. O rompimento dessa aliança teve como estopim o fato da RPC, buscando dominar o ciclo de fabricação de uma bomba atômica, querer ter o controle completo de suas armas nucleares, não tendo mais que se submeter ao controle da URSS, que não concordou com isso. Dessa forma, a URSS cancelou todos os projetos de ajuda à RPC (LOBO, 2012).

No final dos anos de 1950 e início da década de 1960, Mao Tsé-Tung, diante desse isolamento externo, tenta acelerar as ações de desenvolvimento da RPC, a fim de atingir as metas prometidas com a sua revolução, lançando o plano denominado “O Grande Salto Adiante”, que combinava aspectos de natureza política, econômica e ideológica. No entanto, as metas eram muito ambiciosas e o que se viu como resultado desse plano foi a RPC, entre 1959 e 1962, vivenciar uma das piores fomes já vistas na humanidade, que levou cerca de 20 milhões

de chineses à morte (KISSINGER, 2011).

Em 1962, Mao Tsé-Tung vê as relações com a Índia piorarem, devido à reivindicação dele sobre a região conhecida como Tibete do Sul, nas altitudes da cordilheira do Himalaia. O exército indiano, desde 1959, tinha iniciado um avanço sobre a fronteira que dividia os dois países, na supramencionada região, ameaçando o Exército de Libertação Popular da RPC. Considerando um retrocesso perder qualquer porção do seu território àquele momento, mesmo com a crise da fome mal ter sido resolvida, Mao Tsé-Tung parte para o ataque, iniciando uma guerra com a Índia. Foi mais um conflito que acabou sem a RPC ter conquistado algum território, mas mostrando ao mundo que mesmo fragilizada, não estava disposta a perder mais nenhuma porção de suas terras. Até hoje, a situação dessa região continua sem estar resolvida, mas não houve imposição das reivindicações, dos dois Estados, além das linhas de controle de fronteiras que lá existem (KISSINGER, 2011).

A RPC, em termos geopolíticos, estava cercada por inimigos, devido a todos esses acontecimentos aludidos acima. Nesse sentido, Mao Tsé-Tung percebe que seria necessário retirar a RPC o mais rápido possível do isolamento que vivia no cenário internacional, precisando buscando aliados de modo mais objetivo.

No entanto, de 1966 a 1976, Mao Tsé-Tung mergulhou a RPC na conhecida “Revolução Cultural Proletária”, que a isolou mais ainda, e que quase se transformou numa verdadeira guerra civil, haja vista os violentos confrontos que se espalharam pelo território chinês. As aulas nas universidades foram suspensas por tempo indeterminado, a fim de permitir, segundo Mao, os jovens a aprenderem a revolução fazendo revolução. Houve ataques das massas instigadas por essa ideologia a quase todas as instituições, resultando numa terrível carnificina humana e institucional (KISSINGER, 2011).

Todos os chineses foram obrigados a andar com o “Pequeno Livro Vermelho”, que continha citações de Mao Tsé-Tung, e que acabou se transformando no símbolo da aludida

Revolução Cultural. Vários jovens foram enviados ao campo a fim de aprenderem técnicas de plantio e cultivo com os camponeses.

Embora o impacto imediato da Revolução Cultural tenha sido desastroso para a RPC, esse movimento serviu para criar um cenário propício para reformas significativas, em vários setores estruturantes desse país, que iriam acontecer mais tarde, após a morte de Mao (KISSINGER, 2011).

O caos interno instalado, devido à Revolução Cultural, acentuou a necessidade de Mao Tsé-tung, por questão de sobrevivência da RPC, de estancar o isolamento em relação ao mundo.

Nesse sentido, em 1969, ele tomou uma importante decisão, tanto ideológica, como também estratégica, se aproximar dos EUA, a quem se opunha há duas décadas, com o intuito de proteger a RPC de um provável ataque da União Soviética, no caso de deflagração de uma guerra (KISSINGER, 2011).

Em 1972, selando definitivamente essa aproximação, o presidente dos EUA, Richard Nixon (1913-1994), faz uma visita à RPC, de forma a assegurar uma aliança estratégica dos dois países contra a URSS, antiga aliada de Mao, na geopolítica global. Essa aliança, somada ao fato da RPC, em 1971, ter sido reconhecida como o legítimo Estado representante do povo chinês, passando a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, com direito a veto, em substituição à República da China (Taiwan), enfraqueceu o papel estratégico da URSS na Ásia, e sobretudo, inseriu a RPC, novamente, como ator relevante no cenário global, transcendendo sua influência apenas da geopolítica regional asiática (LOBO, 2012).

A partir, dessa visita histórica, a RPC se abriu à visita de outros líderes de Estados ocidentais, e também do Japão, encerrando um ciclo de isolamento histórico, que vinha desde os primórdios da sua existência, o que proporcionou uma nova dinâmica no cenário

internacional até os dias de hoje (JAE-HYUNG, 2003).

No mesmo sentido, essa mudança de rumo da RPC, teve reflexos geopolíticos importantes na Ásia. A RPC iniciou relações diplomáticas com alguns Estados não comunistas do sudeste asiático, passando a considerá-los parceiros importantes para questões comuns de segurança e para uma estratégia de conter as ambições expansionistas do Vietnã na região da Indochina. Dessa forma, a RPC estabelece relações, ainda que incipientes, com Estados da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)¹⁰, como exemplo, a Malásia, em 1974, e Tailândia e Filipinas, em 1975, bem como, amplia as relações econômicas também, com o Japão, Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Cingapura (PEREIRA, 2004).

Em 1976, com a morte de Mao Tsé-Tung, a RPC abre caminho para seus novos governantes promoverem reformas internas, que seriam o início da sua recuperação econômica e ascensão como uma grande potência nos dias atuais.

Foi a reforma liderada por Deng Xiaoping (1904-1997), a partir de 1978, que conseguiu alavancar a economia da RPC. Com o seu programa das quatro modernizações, nas áreas da agricultura, indústria, tecnologia e exército, Deng Xiaoping fortaleceu o Estado unitário e centralizado da RPC, colocando todo o desenvolvimento daquele país à serviço da sua política de defesa (CINTRA; FILHO; PINTO, 2015).

Dessa forma, Deng Xiaoping começa seu programa de modernização pela agricultura, permitindo aos agricultores venderem seus produtos, instaurando o trabalho assalariado no campo e criando uma linha de subsídios para agricultura, criando assim, um mercado consumidor nas áreas de concentração de boa parte da população, que ainda era no interior. Em seguida, já na década de 1980, iniciaram-se as reformas na área industrial, com a criação das chamadas Zonas Econômicas Especiais, onde ficaria livre o investimento de capital

¹⁰ Associação das Nações do Sudeste Asiático - Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Singapura são os países fundadores, em 1967. Foi criada para se opor aos ideais socialistas da RPC. A Associação teve a aderência do Brunei (1984), Vietnã (1995), Myanmar e Laos (1997) e Camboja (1999).

estrangeiro, atraído pela abundante e barata mão-de-obra chinesa e por subsídios fiscais. Essa abertura na economia, no entanto, não foi acompanhada por uma abertura política, pois foi mantido o sistema político comunista do tipo totalitário, sob o comando do Partido Comunista Chinês (DE JESUS, 2015).

O Partido Comunista Chinês, composto por 84 milhões de pessoas, incorpora a legitimidade, que em épocas passadas era personificada na figura do Imperador. Dessa forma, o partido assume o papel de autoridade política que assegura um processo de reformas gradual, orientadas por uma visão estratégica de longo prazo e com avaliação pragmática, que coloca os interesses capitalistas abaixo da incontestável autoridade do Estado, como dito a seguir:

O Estado deve dispor de uma estratégia e ter por objetivo o desenvolvimento. A autoridade política deve gerir a economia de forma a produzir mais riqueza, de maneira cada vez mais eficaz, para construir um país moderno, rico e poderoso. As políticas macroeconômica, industrial, comercial, de ciência e tecnologia, e de defesa devem estar a serviço da *grande estratégia* social e nacional, e da luta pela conquista ou *reconquista* de uma posição internacional autônoma e preeminente. A planificação estratégica visa à “harmonia”, vale dizer, ao equilíbrio de forças. Nesse sentido, os interesses privados (ou capitalistas) não devem ser poderosos o suficiente para ameaçar a supremacia incontestável do Estado, que mantém um amplo conjunto de empresas públicas e regula rigorosamente diversas esferas econômicas e as relações com o exterior (CINTRA; FILHO; PINTO, 2015, p.16).

Essa dicotomia entre a abertura econômica e a manutenção de um sistema político totalitário, ficou sobremaneira evidente na crise política de 1989, quando movimentos populares que insurgiram contra o governo foram reprimidos na Praça da Paz Celestial pelo Exército Popular de Libertação do Partido Comunista da China.

Mas, a RPC ainda no início das reformas de Deng, se envolveu pela terceira vez num conflito com o Vietnã, em 1979. A RPC, como resposta a uma invasão do Vietnã ao Camboja, invadiu aquele Estado, por seis semanas, a fim de evitar a criação de uma Federação Indochinesa. Essa guerra foi o ponto alto da cooperação estratégica entre a RPC e os EUA, durante o período da Guerra Fria, e ainda, deixou aparente a limitação estratégica da URSS, que havia assinado com o Vietnã um acordo de defesa mútua, pela demora em reagir

(KISSINGER, 2011).

As relações da RPC com o Vietnã somente foram plenamente retomadas, após a assinatura de um Memorando de Entendimento conjunto, em 1990 (PEREIRA, 2004).

Em 1991, ocorre a extinção da URSS, reforçando na RPC a ideia de que tomaram o caminho certo se afastando do sistema seguido pelos soviéticos, ao promoverem suas reformas, principalmente, na área econômica.

Ainda, com a extinção da URSS, o cenário geopolítico da Ásia é transformado, devido ao surgimento de novos Estados e ao enfraquecimento do poder que a Rússia, herdeira geopolítica e militar da antiga URSS, exercia naquele continente (LOBO, 2012).

Ao final desta seção, pode-se concluir que a RPC, após a sua proclamação, demorou a ter um período de paz para poder reerguer-se economicamente e inserir-se com proeminência no cenário internacional.

A RPC, no período da Guerra Fria, verificou que não era mais possível erguer-se estando isolada do resto do mundo, como acreditava ser possível até aqui. Nesse sentido, por meio da sua diplomacia, assume um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, com direito a veto, sela uma surpreendente aliança com os EUA, e ainda, procura uma aproximação com os seus vizinhos asiáticos, de forma a tentar superar problemas históricos e a desconfiança reinante entre eles, permitindo assim, exercer maior influência na Ásia Oriental, que seria sobremaneira importante para o atingimento de seu objetivo de superar definitivamente os efeitos causados durante “Os Cem Anos de Humilhação”. Portanto, pode-se dizer que, foi nesse período que a China passou a “descobrir o mundo”, no sentido da importância que passou a dar em relacionar-se com Estados de todos os continentes.

No entanto, a extinção da URSS mudou drasticamente o cenário geopolítico asiático, fazendo surgir novos atores, e por conseguinte, novos problemas e demandas, de acordo com o que será descrito na próxima seção.

2.2 A Geopolítica da República Popular da China no Período Pós-Guerra Fria até os dias atuais

A extinção da URSS, em 1991, alterou sobremaneira o cenário geopolítico do continente asiático, principalmente, na Ásia Oriental, que naquele momento, já via a RPC num período de ascensão política e econômica no cenário internacional (BRANCO, 2015).

Doravante, os interesses geopolíticos da RPC e do seu mais recente aliado importante, os EUA, já não convergiam. Os EUA começaram a se ver como única superpotência, e a RPC, não admitindo a possibilidade real de uma nova ordem internacional unipolar, passou a trabalhar por um cenário internacional multipolar. No entanto, a superioridade militar dos EUA permanece até os dias atuais, quando os seus gastos militares superam ainda em sete vezes os gastos militares da RPC (KISSINGER, 2011).

Nesse sentido, nos dias atuais, o que se vê é a busca dos EUA em manter sua influência de principal potência da Ásia, patamar que perdura há quarenta décadas, e a RPC que, claramente, busca no mínimo uma situação de igualdade de influência entre esses dois Estados nessa região (WHITE, 2013).

De outra forma, a parceria econômica da RPC e dos EUA foi ampliada, após o período da Guerra Fria, havendo hoje entre eles uma interdependência econômica, de tão intensa que ficaram suas relações comerciais. Hoje, a RPC é o país que detém o maior número de títulos do tesouro dos EUA (BRASIL, 2015).

A Rússia, que havia herdado o poderio militar da antiga URSS, por sua vez, passa a ser uma aliada importante da RPC, pois já não existia a disputa pela preponderância na condução ideológica do mundo socialista, e assim, essa aliança apareceria como um importante contrapeso, considerando-se os aspectos geopolíticos e militares, em relação aos EUA, Japão e Índia (LOBO, 2012).

Além disso, o estreitamento desse laço estratégico, entre a RPC e a Rússia, que possuem uma fronteira em comum, favorecia o comércio entre as duas nações, sendo a Rússia uma potencial fonte de recursos naturais para a RPC, como petróleo e minérios. Nos dias atuais, a RPC tem sido um dos maiores compradores de armamentos russos no mundo, tendo adquirido também um porta-aviões daquele país (LOBO, 2012).

A aquisição de um porta-aviões pela RPC, demonstra uma mudança na estratégia naval da RPC, que passa a dar maior importância aos mares, e incorpora à sua marinha a capacidade de projeção de poder.

O fim do período da Guerra Fria, propiciou também uma mudança no relacionamento da RPC com seus vizinhos asiáticos.

As antigas repúblicas soviéticas, com suas consideráveis reservas de petróleo, ganharam considerável importância estratégica, pois poderiam atender a demanda de energia necessária para o crescimento da RPC, muito embora, também se constituam fator de preocupação, devido aos mesmos serem de população majoritariamente islâmica, e muitos deles praticantes do islamismo radical, que professa o terrorismo como forma de se opor aos seus inimigos (LOBO, 2012).

As relações com a Índia apresentaram significativas melhoras, ainda que persista entre os dois Estados, até os dias atuais, diferenças históricas e disputas pela hegemonia regional como potências econômicas, militares e demográficas. A Índia, reforçou sua aliança militar com a Rússia, sendo um dos maiores compradores de armamento daquele Estado, igualmente à RPC, e partir do final da década de 1990, iniciou uma aproximação, em termos militares e estratégicos, dos EUA (LOBO, 2012).

Com os Estados da península coreana, a RPC manteve a aliança histórica com a Coreia do Norte, apesar da instabilidade gerada pelo governo daquele Estado na região, principalmente nos dias atuais, devido à sua política externa sobremaneira agressiva em relação

aos EUA, Japão e Coreia do Sul. No que diz respeito às relações com a Coreia do Sul, a RPC procurou estabelecer sólidos laços comerciais com a mesma, e hoje, são grandes parceiros na área comercial e de tecnologia. Além disso, a RPC vê o modelo de desenvolvimento seguido pela Coreia do Sul, com maior abertura política e democracia, mas com o estado forte, como um modelo a ser seguido no futuro (LOBO, 2012).

As relações diplomáticas com o Japão, devido à herança negativa deixada pela sua campanha imperialista na China nas décadas de 1930 e 1940, não avançaram tanto como com os demais vizinhos. Os dois Estados, a RPC e o Japão, na verdade, disputam entre si uma esfera de influência na Ásia Oriental. O Japão, que não chega a ser uma potência militar, mas possui forças armadas modernas, é visto pela RPC, como um posto avançado das forças armadas estadunidenses no Pacífico, de quem é um preferencial aliado, desde o fim da Segunda Guerra Mundial (LOBO, 2012).

Em outro sentido, as relações econômicas entre a RPC e o Japão foram ampliadas, sobretudo, nessas décadas que se sucederam ao período da Guerra Fria, ficando mais complexas e complementares (LOBO, 2012).

Dessa forma, o Japão tem no seu vizinho do outro lado do mar do Leste da China, ao mesmo tempo seu maior parceiro econômico, como também, seu principal adversário estratégico.

Com os Estados do Sudeste Asiático, existia uma barreira de desconfiança entre os mesmos e a RPC, mas as relações tiveram que ser revistas nesse novo período.

Os Estados da ASEAN, por exemplo, logo após o fim da Guerra Fria, declararam-se favoráveis à manutenção de uma forte presença dos EUA na região, como forma de evitar uma ação militar da RPC, contendo o poder relativo da mesma no Sudeste Asiático. Mas ao mesmo tempo, os Estados constituintes da ASEAN também deixaram claro que guardavam o interesse que essa presença estadunidense não tivesse por objetivo conter a ascensão da RPC,

que era vista, pelo aspecto econômico, como sendo bastante considerável para o desenvolvimento dos Estados daquela região (BRASIL, 2015).

Na verdade, o que se viu logo após o fim da Guerra Fria, foi uma dependência estratégica dos Estados do Sudeste Asiático, em relação aos EUA, haja vista que, cada um deles depositava em Washington sua garantia de segurança. Mas, ao mesmo tempo, esses Estados não queriam que se constituísse uma situação em que teriam que fazer uma escolha entre os EUA e a RPC (KAPLAN, 2014).

Essa preocupação dos Estados do Sudeste Asiático é facilmente entendida, à medida que se por um lado depositavam a garantia da sua segurança nos EUA, eles dependiam economicamente cada vez mais da RPC (KAPLAN, 2014).

No final da década de 1990, acaba acontecendo um enfraquecimento gradativo da influência dos EUA na região do sudeste asiático, propiciando a oportunidade da RPC enxergar o fórum da ASEAN como um instrumento adequado para promoção dos seus interesses políticos, econômicos e de segurança da região da Ásia-Pacífico. A RPC, então, passou a enxergar com bons olhos sua participação nesses fóruns multilaterais, pois poderia passar uma sensação de segurança para os Estados mais fracos, evitando que esses procurassem o apoio estadunidense. Nesse sentido, numa das reuniões do fórum supramencionado, a RPC contribuiu com um pacote financeiro de ajuda aos Estados da ASEAN, em 1997, que foram fortemente afetados por uma crise financeira que atingiu diversos Estados da Ásia, e ainda, propôs criar um mecanismo de defesa asiático no qual ocuparia o papel de liderança ativa, conseguindo aumentar dessa forma a sua influência na região (PEREIRA, 2014).

Um dos assuntos que passou a ser discutido nesse fórum da ASEAN, foram as questões conflituosas que têm envolvido a RPC e alguns Estados do Sudeste Asiático no MSC, o que demonstra que apesar de todo o desenvolvimento das relações entre esses Estados, principalmente após o fim da Guerra Fria até os dias de hoje, ainda existem rugas sensíveis

entre eles, que não foram superadas (PEREIRA, 2004).

Essas rusgas estão diretamente relacionadas à estratégia da RPC de garantir a sua soberania nacional e a integridade do seu território, de forma a superar plenamente o seu histórico de conflitos e revoluções.

Nesse sentido, a RPC teve os territórios de Hong-Kong, antes ocupado pelo Reino Unido, e Macau, antes ocupado por Portugal, ocupações essas ocorridas no período supramencionado dos “Os Cem Anos de Humilhação” da China, devolvidos à RPC, respectivamente, em 1997 e 1999, após intensos trabalhos diplomáticos (LOBO, 2012).

Com isso, a questão de Taiwan, ainda é sob ponto de vista geopolítico, de suma importância, como podemos entender a seguir:

Para Pequim, Taiwan deve voltar para a casa, ou seja, se submeter ao poder central como Hong-Kong e Macau, adotando a solução de um país com dois sistemas. Entretanto, apesar da aliança estratégica de Taiwan com os Estados Unidos desde os tempos da Guerra Fria, atualmente a interdependência econômica com a RPC aumenta cada vez mais, e num futuro próximo, essa aproximação parece que irá aumentar. Todavia, a principal relação estratégica e militar de Taiwan ainda é com os Estados Unidos, e parece que isso não irá mudar num curto período de tempo. Aliás, essa é uma forma dos Estados Unidos pressionarem a RPC e a ampliação da sua atuação geopolítica na Ásia, assim como o apoio militar e estratégico norte-americano ao Japão, Coreia do Sul e Cingapura, cercando a RPC em termos geopolíticos (LOBO, 2012, p.6).

Portanto, pode-se observar que a relação da RPC com seus vizinhos está pautada, sobretudo, nas boas relações comerciais entre eles e nos altos investimentos chineses em alguns países, estabelecendo uma dependência econômica dos mesmos em relação à RPC.

É principalmente dessa forma, que a RPC vem ocupando cada vez mais um papel importante no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e também global, expandindo sua capacidade de projetar não só poder econômico e financeiro, como também, poder político, diplomático e militar (CINTRA, FILHO, PINTO, 2015).

Essa ascensão da RPC, é considerada um dos fenômenos mais significativos do fim do século XX e início do século XXI, em face das mudanças que isso vem ocasionando no cenário internacional (CLINTON, 2011).

Hoje, a RPC já é a segunda economia do mundo, e alguns analistas de cenários internacionais, projetam que ela passará a economia estadunidense na década de 2030. A RPC é detentora das maiores reservas monetárias e um dos principais financiadores internacionais. Seu crescimento econômico é confirmado ao analisar-se sua presença nos negócios internacionais, e também, pelo crescimento de seu poder militar (BRASIL, 2015).

Em maio deste ano, o presidente Xi Jinping da RPC, recebeu, na cidade de Pequim, Chefes de Estado e representantes de cem Estados, além de representantes da ONU, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, para a realização do Fórum Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional, que propôs o a construção de uma nova Rota da Seda, ligando a RPC à Europa, com a participação dos Estados interessados, de modo a proporcionar a oportunidade dos participantes terem um desenvolvimento de benefício mútuo. Essa iniciativa, da RPC, que contou com o interesse brasileiro, é o mais importante produto de política pública que a RPC disponibiliza para o mundo, mostrando seu objetivo de se integrar mais à comunidade internacional e aumentar seu papel de liderança no mundo (JINZHANG, 2017).

A RPC, que estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil apenas em 1974, já é o seu maior parceiro comercial, segundo dados estatísticos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2015).

Ainda, vem da RPC o maior volume de investimentos diretos realizados no Brasil, sobretudo nos segmentos de energia, transportes e infraestrutura. Além disso, esses dois Estados possuem diversos acordos na área de ciência e tecnologia, como por exemplo, na área espacial, que foi responsável pelo desenvolvimento e lançamento de três satélites sino-brasileiros de observação de recursos terrestres (CINTRA, FILHO, PINTO, 2015).

Esses e outros acordos, envolvendo o Brasil e a RPC, vêm tomando proporções ainda maiores, desde a criação formal do bloco composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICs)¹¹, em 2009. É claro que, para manter seus atuais níveis de crescimento,

a RPC necessitará cada vez mais de produtos estratégicos, como petróleo, alimentos, minérios. Nesse sentido, entende-se a inserção da RPC em fóruns internacionais, tipo o BRICs, pois a mesma enxerga, principalmente a África e a América Latina, como sendo as regiões que a serviriam como fontes de abastecimentos desses produtos (LOBO, 2012).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a economia brasileira pode vir a ser bastante afetada por quaisquer acontecimentos significativos que envolvam a RPC.

Diante dessa síntese da geopolítica da RPC após o período da Guerra Fria até os dias atuais, pode-se concluir que, embora ela mantenha sólidas relações econômicas com Estados de todo o mundo, que tenha uma relação de interdependência econômica com a maior potência econômica da atualidade, os EUA, ainda convive com divergências em outros aspectos, principalmente no tocante a questões territoriais, com seus vizinhos e também com os EUA, sendo essas o principal motivo de contenda no MSC.

Dessa forma, na próxima seção, se faz necessário detalhar especificamente os aspectos geopolíticos do MSC, de forma a dar um melhor entendimento dos possíveis interesses que estão envolvidos nessas situações conflituosas que vêm ocorrendo naquela região.

2.3 A Geopolítica do Mar do Sul da China

Esta seção busca situar o MSC geograficamente e pontuar, pelas suas peculiaridades, a sua relevância no cenário internacional atual, entendendo que, dessa forma, ficará compreensível como um conflito nesse mar poderá afetar a economia do mundo inteiro.

¹¹O BRICs é uma entidade político-diplomática, criada em 2009, composta pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que tem como propósito coordenar a atuação desses países em reuniões e organismos internacionais e construir uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros (BRASIL, 2017b).

Embora distante do olhar ocidental, o MSC é hoje, uma das LCM de maior fluxo internacional, por onde passa o comércio da grande maioria dos Estados do mundo (ROEDEL, 2012).

O MSC banha os seguintes Estados: RPC, Taiwan, Vietnam, Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura e Tailândia, sendo estes Estados denominados Estados ribeirinhos. A sua extensão vai desde o Estreito de Taiwan, ao norte, até o Estreito de Malaca, ao sul, possuindo dois grupos de ilhas, chamadas de Spratly e Paracel, conforme pode ser visualizado no mapa da figura 2 (ROEDEL, 2012).



FIGURA 2- Localização Geográfica do MSC.
Fonte: South China Sea Library.

O MSC é conhecido como a “Garganta do Pacífico”, haja vista que, por abranger os Estreitos de Malaca, Sunda, Lombok e Makassar, se torna rota quase obrigatória no oceano Pacífico. Além da importância geográfica, o MSC possui uma potencial reserva de hidrocarbonetos fluidos e gasosos, conferindo ao mesmo, significativa importância econômica, o que explica, entre os Estados banhados por esse mar, os constantes conflitos em busca de conquistas de direitos territoriais sobre o mesmo (KAPLAN, 2014).

Mais de 500 milhões de habitantes dos Estados limítrofes ao MSC vivem na costa marítima banhada por esse mar. Muitos desses, dependem do MSC para tirar seu sustento, onde encontram as condições ideais para a pesca de camarão e atum, entre outros recursos ictiológicos¹². O MSC possui grande diversidade de espécies marinhas e mais de 30% da existência de corais de recife do mundo. Os arquipélagos Spratly e Paracel, situados no MSC, possuem grandes reservas de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, reconhecidas internacionalmente (CLAD, MACDONALD, BRUCE, 2011).

O MSC é a principal rota de exportações e importações da RPC e de outros Estados da região, como ilustrado na FIG.3, que mostra as principais LCM que passam na região. Pelo estreito de Malaca, situado nesse Mar, passa o petróleo importado pela RPC proveniente do Oriente Médio, e por isso, há relatos de muitos casos de pirataria nesse estreito, objetivando o roubo de carga de petróleo e seus derivados (ROEDEL, 2012).

Ainda, o controle do MSC é sobremaneira importante para que a Marinha da RPC possa desenvolver sua capacidade oceânica, pela operação tanto no Pacífico ocidental, como também, no Índico, sendo capaz dessa forma de ser instrumento de apoio à política externa chinesa (ROEDEL, 2012).

¹²Ictiologia é a área da zoologia dedicada aos estudos dos peixes (Dicionário online).

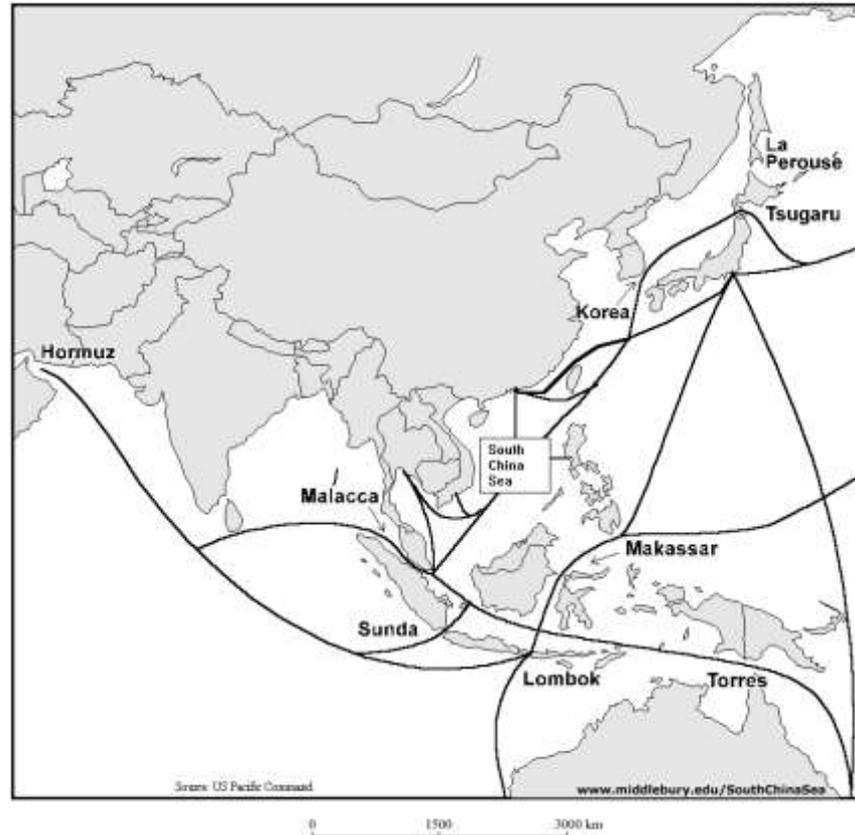


FIGURA 3- Principais Linhas de Comunicação Marítimas do MSC.
 Fonte: South China Sea Library.

Essas propriedades geoestratégicas caracterizam a importância do MSC, não só para os Estados daquela região, como para todos os Estados do mundo que escoam seu comércio por aquele mar, uma vez que o mesmo se tornou um centro dinâmico da economia mundial, principalmente, em virtude do extraordinário crescimento da economia da RPC e também de outros Estados dessa região. Nesse sentido, entende-se a insistência dos EUA em manterem-se na região, com o mote de garantir a liberdade de navegação através dos estreitos e rotas marítimas do MSC para os navios petroleiros, navios porta-container e também navios militares (ROSENBERG, 2011).

No caso do Brasil, por exemplo, aproximadamente 30% do comércio exterior brasileiro passa pelas águas do MSC. O Brasil não só vem ampliando sua parceria comercial com a RPC, mas também, com outros Estados do sudeste asiático. O comércio brasileiro com

os Estados da ASEAN já superou, desde 2013, o comércio com a Coreia do Sul e com o Japão (BRASIL, 2015).

O MSC é também um cenário privilegiado, para se analisar os vetores da política externa da RPC, pois esses mesmos vetores aparecem no relacionamento chinês com Estados mais afastados como o Brasil.

Analisando-se o vetor econômico, pode-se observar o interesse da RPC em manter as LCM do MSC abertas para o fluxo do seu comércio exterior, bem como, o interesse em explorar as reservas de eventuais recursos fósseis existentes naquela região. Os dois aspectos são de interesse do Brasil, pois podem afetar as suas exportações não só para a RPC, como para os demais Estados limítrofes ao MSC, com os quais tem relacionamento comercial (BRASIL, 2015).

No que diz respeito ao vetor político, sua análise também é importante para o Brasil, em face das disputas por soberania sobre acidentes geográficos e suas águas adjacentes no MSC, poderem resultar em resoluções de organismos internacionais, que venham causar impactos contrários aos interesses brasileiros, no que tange aos direitos de uso do mar. Da mesma forma, pode-se dizer que o MSC é o palco choque da expansão da RPC com o interesse de vizinhos com poder militar relativamente mais fraco e dos EUA, situação que tende a se repetir em outras regiões do globo, sendo por isso, sobremaneira importante o acompanhamento por parte do Brasil, pois dessa forma, pode-se, mais facilmente, analisar as ações futuras da diplomacia chinesa (BRASIL, 2015).

Portanto, pode-se afirmar que as questões envolvendo o MSC, apesar da distância que os separam, são de interesse do Brasil, haja vista que, no caso de um conflito que venha interferir com a livre navegação pelo MSC, ocasionaria um prejuízo significativo na sua balança comercial, uma vez que parcela significativa do nosso comércio exterior transita pelas LCM existentes nesse mar.

Atualmente, o Mar do Sul da China é palco de uma polêmica, que envolve a soberania e os direitos marítimos da RPC, pondo em questão o sistema legal e a Ordem Mundial, constituídos a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

Essa situação vem sendo acompanhada com preocupação por analistas do cenário internacional, devido às graves consequências que um eventual conflito no MSC pode ocasionar na economia mundial e nas relações entre as principais potências da atualidade, o que justifica a necessidade de também ser acompanhada atentamente pelo Brasil.

Dessa forma, no capítulo seguinte, será apresentado um histórico dos principais conflitos que vêm ocorrendo no MSC, procurando identificar as possíveis interferências que os mesmos podem oferecer à MB.

3 O MAR DO SUL DA CHINA E OS CONFLITOS ENVOLVENDO A RPC

A RPC, conjuntamente com o seu crescimento econômico, vem aumentando suas Forças Armadas, com o intuito de defender a sua soberania, que para ela tem um caráter absoluto, e a sua economia.

Para se ter uma ideia desse aumento das suas Forças Armadas, enquanto em 1990 a RPC possuía o oitavo gasto militar do mundo, desde 2006, passou a deter o segundo maior gasto, ficando atrás apenas dos EUA. Embora, a diferença dos gastos militares entre esses dois Estados ainda seja grande, essa diferença vem diminuindo. De qualquer maneira, os EUA ainda gastam, hoje, cerca de sete vezes mais do que a RPC (DE MORAES, 2015).

Um dado interessante nesse aumento dos gastos militares é a mudança das prioridades da RPC, que vem procurando investir mais em suas forças naval e aérea, em detrimento aos investimentos na força terrestre, como pode-se observar no gráfico 1. (DE MORAES, 2015).

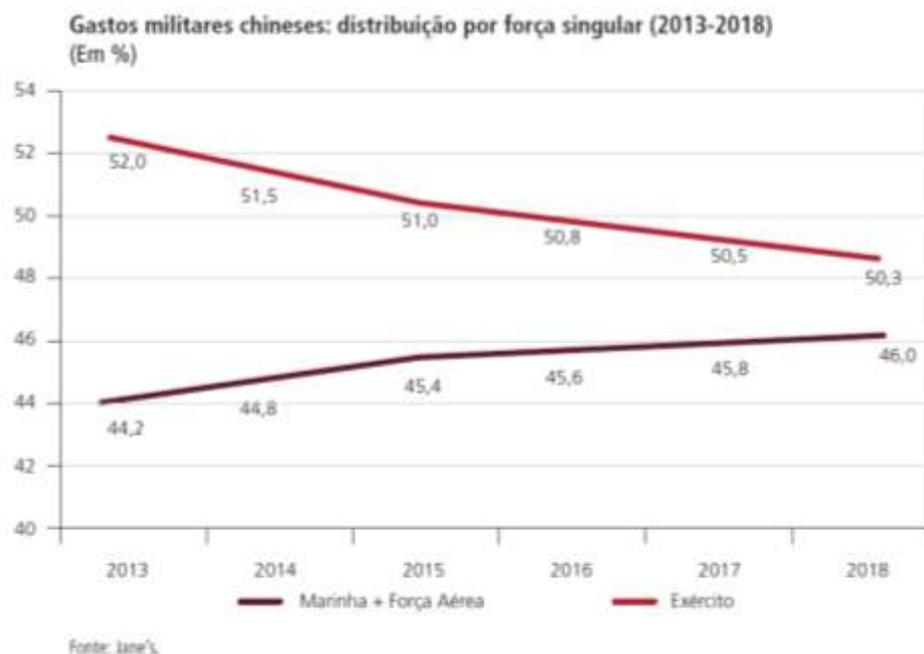


GRÁFICO 1- Gastos militares da RPC com as Forças Singulares
Fonte: DE MORAES, 2015, p.585.

Os números do gráfico demonstram que a RPC passou a dar mais atenção aos mares, diferentemente da postura adotada ao longo da sua história, em que olhava muito para si mesma, ou quando muito, para possíveis ameaças vindo de seus vizinhos terrestres. Essa nova prioridade da RPC, provavelmente, decorra da sua percepção de que suas maiores ameaças ao atingimento de seus objetivos estratégicos estejam nos mares.

Isso pode ser facilmente explicado ao considerar-se o fato da RPC possuir, apesar de sua extensão territorial, jurisdição sobre uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE)¹³ relativamente pequena, possuir ao longo de todo o seu litoral territórios insulares de outros Estados e ter seu vizinho Japão com jurisdição sobre extensas áreas marítimas. Ainda, soma-se a esses fatores, a presença militar dos EUA na Coreia do Sul, no Japão e em Guam e a predominância do modal marítimo no comércio exterior da RPC. Todos esses aspectos, apontam para a necessidade da RPC possuir jurisdição sobre áreas marítimas mais extensas, e deixam claro a mudança da estratégia chinesa, ao conferir mais prioridade ao seu Poder Naval¹⁴ nos seus investimentos atuais (DE MORAES, 2015).

Nesse sentido, o de aumentar sua jurisdição sobre áreas marítimas mais extensas, é que a RPC vem reclamando direitos territoriais sobre as ilhas do MSC, alegando razões históricas e impondo sua superioridade militar entre seus vizinhos.

Dessa forma, este capítulo se propõe a apresentar, em duas seções, um histórico desses conflitos no MSC e as possíveis interferências e os ensinamentos dos mesmos para o Brasil e a MB.

¹³ A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente, segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM, 1982). A zona econômica exclusiva não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial.

¹⁴ Poder Naval é um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos identificados na Política Nacional de Defesa (PND) e na Política Militar de Defesa (PMD) (BRASIL, 2014).

3.1 Histórico dos Conflitos no Mar do Sul da China Envolvendo a RPC

Como foi visto no capítulo anterior, o MSC, em virtude das suas características geográficas, econômicas e estratégicas, configura-se como uma área de grande relevância no cenário internacional, e especialmente, para a RPC e demais Estados do sudeste asiático.

Para um melhor entendimento das questões conflituosas que têm ocorrido no MSC, pode-se relacionar, basicamente, três vertentes causadoras de tensão naquela região.

A primeira, diz respeito ao controle dos recursos e a extensão das ZEE de cada Estado, considerando-se a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM). A segunda vertente, está relacionada à preservação da biodiversidade da região e do sistema ecomarinho, haja vista, o status de zona de preservação ambiental conferido ao MSC, devido à grande quantidade de corais, atóis e recifes nele existentes. E a terceira vertente versa a respeito da segurança internacional da região, que se constitui num elo estratégico entre os Oceanos Pacífico e Índico e numa das LCM de maior fluxo comercial do mundo, razões pelas quais, o MSC vem sendo considerado o verdadeiro fio condutor da revolução industrial asiática. Por isso, existe uma crescente preocupação dos Estados da região do MSC com a segurança daquela área, que vem experimentando uma escalada militar e de inteligência entre seus Estados (ROSENBERG, 2011).

A RPC, como já foi dito, apesar de sua vasta extensão territorial, detém jurisdição sobre uma pequena ZEE, quando comparada com outros Estados, conferindo a mesma uma situação marítima desfavorável. Considerando-se a relação ZEE/área terrestre dos Estados que detém as dez maiores economias do mundo, a RPC é a que possui a menor delas. A Austrália, por exemplo, possui uma relação ZEE/área terrestre treze vezes maior que a chinesa. Já o Japão, que possui uma superfície terrestre 25 vezes menor do que a da RPC, possui uma ZEE quase cinco vezes maior do que daquele Estado, e uma relação ZEE/área terrestre 124 vezes maior

que a chinesa. Esse fato é explicado ao observar-se que a RPC, além de não possuir ilhas ou arquipélagos em locais distantes, possui ilhas próximas à sua costa sob jurisdição de outros Estados. (CINTRA, FILHO, PINTO, 2015).

Portanto, a RPC possui uma grande desvantagem em relação ao tamanho da ZEE sob sua jurisdição, tanto internacionalmente, como também regionalmente, o que corrobora seus interesses em expandir seu território marítimo, sobretudo, quando considera-se que muitos recursos para manter seu desenvolvimento econômico nos níveis atuais advêm dos mares.

No que diz respeito à segunda vertente, a RPC vem sendo acusada de construir ilhas artificiais sobre os corais do MSC, destruindo boa parte dos mesmos, degradando dessa forma, as condições ambientais daquele mar. Essa estratégia da RPC, visa atender a sua necessidade de possuir ilhas no MSC, e foi intensificada a partir de 2012, quando o Partido Comunista decidiu que a referida área era de interesse nacional essencial (BBC, 2014).

Essas ilhas artificiais vêm sendo utilizadas pela RPC como bases aéreas no MSC, agregando poder militar às mesmas. Essas ações, em conjunto com os altos investimentos para aumentar a sua Força Naval, vão ao encontro das resoluções do Décimo Oitavo Congresso do Partido Comunista da RPC, realizado entre os dias 8 e 14 de novembro de 2012, quando no discurso de abertura, o presidente Hu Jintao, declarou que a RPC deveria se tornar uma potência marítima, para aumentar sua capacidade de exploração de recursos marinhos e para salvaguardar os interesses marítimos chineses (DW.COM, 2012).

Outros problemas existentes que podem ser considerados grandes ameaças à preservação ambiental do MSC, são a poluição marinha e a pesca ilegal (TILL, 2013).

A terceira vertente, certamente, é a que mais tem produzido tensão no MSC, pois todos os Estados do sudeste asiático, da península coreana e o Japão dependem economicamente das LCM que atravessam por ele, como as que ligam o Nordeste Asiático e a zona Ocidental do Pacífico ao Oceano Índico e ao Oriente Médio.

O volume de tráfego marítimo no MSC é duas vezes superior ao do Canal de Suez e três vezes superior ao do Canal do Panamá. Mais de 80% do petróleo com destino ao Japão, Coreia do Sul e Taiwan é transportado usando as LCM do MSC, por onde também passam cerca de 75% do abastecimento dos demais recursos energéticos para Coreia do Sul e 60% do abastecimento para o Japão e Taiwan (PEREIRA, 2004).

Além desses Estados supramencionados, o MSC conta com a presença militar dos EUA, que possuem ligações securitárias com os Estados da região, como também, possuem interesses de manter a estabilidade regional, e principalmente, de garantir a livre navegação na região, a fim de assegurar o funcionamento das diversas LCM que passam nesse mar. Nesse sentido, os EUA procuram manter boas relações com os seus aliados no MSC, de modo a conter a expansão da RPC (ROEDEL, 2012).

Todos os fatores supramencionados conferem um clima de tensão, haja vista, os interesses conflitantes dos Estados da região, bem como, dos EUA. E os mesmos ainda ganham maiores proporções, nos dias atuais, em virtude do crescimento econômico dos Estados do sudeste asiático, e em especial, do crescimento da RPC, que despertaram nos mesmos um maior interesse nos recursos marinhos e na utilização estratégica dos mares.

Essa mudança de visão estratégica, principalmente no que se refere à RPC, passa a considerar com mais veemência a teoria geopolítica de Alfred Thayer Mahan (1840-1914)¹⁵, que considerava sobremaneira importante o controle dos mares, pois os mesmos seriam as grandes vias de comércio do mundo, em contraponto à teoria de Mackinder, que conferia maior importância ao poder terrestre de uma nação, conforme mencionado no capítulo anterior. Inclusive, Mahan previu a época que os EUA se preocupariam com a ascensão chinesa, em

¹⁵ Alfred Mahan foi um Oficial da Marinha dos EUA que fez fama como historiador naval, estrategista e teórico geopolítico. Em seu livro *The Influence of Sea Power Upon History* (1890), ele atribuiu ao controle de passagens estreitas e “gargalos” estratégicos como essenciais para um Estado deter o comando dos mares (Defesanet, 2015).

virtude da imensa força latente desse Estado, colocando a China como possível rival geopolítico dos mesmos (DEFESANET, 2015).

De fato, os conflitos no MSC envolvem, basicamente, a RPC, Taiwan, Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia, e como ator externo à região, os EUA. A RPC é a que tem mais aspirações territoriais na região, alegando razões históricas. A primeira reivindicação oficial data de um tratado assinado com a França em 1887, no qual o Golfo de Tonkin foi dividido, e pela interpretação dos chineses, essa divisão englobaria todas as ilhas do MSC (PAUTASSO, DORIA, 2016).

Em 1947, ainda em plena revolução maoísta, foi solicitada pelos chineses uma área baseada no conceito de *linha de onze traços*, com o intuito de reivindicar as ilhas de Paracels, Prats e Spratly, no período imediatamente posterior à rendição japonesa, na Segunda Guerra Mundial. No entanto, o Tratado de São Francisco¹⁶, que dispôs acerca da situação do Japão no pós-guerra, não resolveu essa questão das ilhas, pois havia deixado a RPC e Taiwan de fora das negociações (PAUTASSO, DORIA, 2016).

De fato, a retirada do Japão dos territórios por ele ocupado antes do início da Segunda Guerra Mundial, deixou um vácuo de propriedade em várias partes do leste e sudeste asiático. Houve protestos da RPC, que de forma a ter suas reivindicações aceitas, em 1953, reduziu a *linha original de onze traços* para uma *linha de nove traços*, conforme observa-se na FIG.4, que é reivindicada até hoje, mas não é aceita internacionalmente (PAUTASSO, DORIA, 2016).

O novo mapa da RPC, incluindo a *linha dos nove traços*, foi pouco contestado pelos Estados vizinhos à época, pois muitos deles estavam mais ocupados com seus próprios

¹⁶ O Tratado de São Francisco foi o Tratado de Paz que, oficialmente deu por fim a guerra, decretada em 1941, entre os EUA e o Japão, devido ao ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbour. O referido Tratado foi ratificado pelo senado estadunidense no ano de 1952 (OPERA MUNDI, 2014).

movimentos de independência. Mas, essa pouca contestação, foi interpretada pela RPC, como uma aceitação da *linha de nove traços* pelos seus vizinhos (BACKER; ZHANG, 2012).

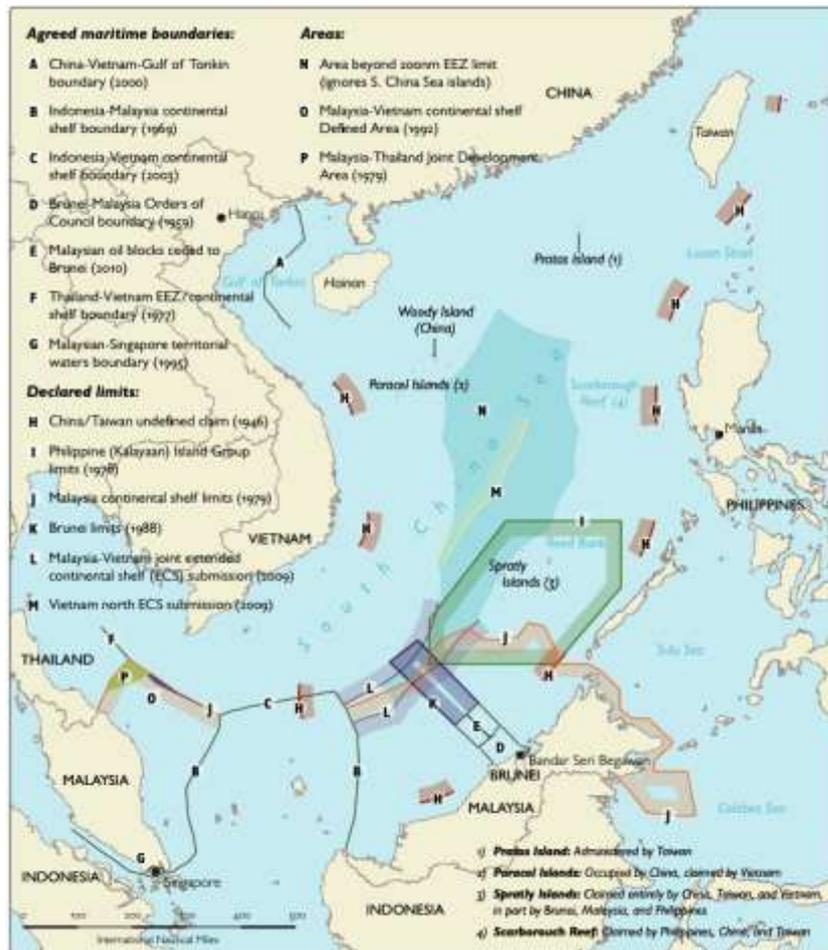


Figure 1: Sovereignty Claims in the South China Sea.

FIGURA 4: Linha de nove traços, relativa à área pleiteada pela RPC no MSC. Fonte: South China Sea Library.

No entanto, à medida que o processo de descolonização e reconstrução dos Estados do Sudeste Asiático se consolidava, surgiram novos aspirantes ao controle de áreas no MSC. São os casos das Filipinas, que obteve sua independência em 1946, e do Vietnã, que se tornou independente em 1950.

O Vietnã, passou a pleitear oficialmente que todas as áreas anteriormente ocupadas pela França, fossem anexadas imediatamente ao seu território, sendo a maior parte delas referentes às Ilhas Paracel e Spratly (DE SOUZA, 2014).

No caso das Filipinas, em 1956, o explorador Tomás Cloma, declarou ter descoberto um grupo de ilhas desabitadas no Sudeste asiático que, na verdade, eram frações das Ilhas Spratly. Esse fato, acabou por desencadear uma série de reações de outros Estados da região, como foi o caso de Taiwan, que ocupou a maior das ilhas descobertas, e da RPC e do Vietnã, que ocuparam outras ilhas menores, rochedos e recifes da mesma área recém descoberta (DE SOUZA, 2014).

As reivindicações territoriais no MSC abrangem, sobretudo, os dois conjuntos de ilhas supramencionados, as de Paracel e as de Spratly. As Ilhas Paracel contam com aproximadamente trinta ilhas, que constituem cerca de oito quilômetros quadrados de área terrestre e mar territorial/ZEE de aproximadamente 293 mil quilômetros quadrados. Já as Ilhas Spratly se constituem de um conjunto de aproximadamente 750 ilhas, com extensão de área terrestre de cerca de cinco quilômetros quadrados e um mar territorial/ZEE de 439 mil quilômetros quadrados. As reivindicações da RPC, na verdade, não se resumem a esses dois conjuntos de ilhas, pois a *linha de nove traços* abrange uma área maior que eles. (DE MORAES, 2015).

As Ilhas Paracel, são as que estão mais ao alcance dos meios militares da RPC. Em 1974, a RPC ocupava apenas as Ilhas Paracel Orientais, enquanto que o Vietnã do Sul ocupava as Ilhas Paracel Ocidentais. No entanto, sob o pretexto que o Vietnã do Sul havia ocupado, em 1973, cinco ilhas pertencentes ao conjunto das Ilhas Spratly, a RPC acabou tomando as Ilhas Paracel Ocidentais, na Batalha das Ilhas Paracel, ocorrida em janeiro de 1974 (PEREIRA, 2004).

Entre 1979 e 1982, houve algumas tentativas infrutíferas por parte do Vietnã, com o intuito de retomar o controle das Ilhas Paracel Ocidentais, no entanto, a RPC manteve o controle das mesmas. Após a consolidação dessa ocupação, a RPC começou a reunir dados oceanográficos acerca das Ilhas Spratly, reforçando seus meios navais na região das mesmas.

Em 1988, em novo embate com o Vietnã, a RPC passou a ocupar fisicamente sete ilhas do conjunto das Ilhas Spratly, deixando o saldo de setenta e dois vietnamitas mortos e três navios do Vietnã afundados. O conflito abrangeu a região das Ilhas Spratly Ocidentais, onde se situam os recifes Johnson, Fiery Cross, Gaven e Cuateron. Da mesma forma que o conflito anterior entre os mesmos atores, não houve intervenções dos Estados vizinhos, nem tão pouco de Estados externos, haja vista, o pequeno impacto que essas ocupações causaram regional e internacionalmente. Aliás, nas décadas de 1970 e 1980, os conflitos no MSC eram considerados uma questão bilateral entre a RPC e o Vietnã (PEREIRA, 2004).

Entretanto, esse entendimento começa a mudar a partir da década de 1990, em virtude de uma intensificação da corrida dos Estados limdeiros ao MSC, em deter direitos territoriais sobre as ilhas daquela região. Essa intensificação é justificada pela crescente descoberta de recursos de hidrocarbonetos na região, e da crescente importância geoestratégica conferida ao MSC, à medida que o crescimento econômico da RPC e da maioria dos Estados limdeiros ao MSC, levou à uma militarização da região. Logo, o que se viu foram ocupações de ilhas que suportavam presença física, concessões à petrolíferas estrangeiras para prospectar petróleo e gás nas ZEE dessas ilhas, bem como, o início da exploração turística delas (PEREIRA, 2004).

Nesse sentido, em fevereiro de 1992, a RPC oficializa mais uma vez a reivindicação do conjunto das ilhas do MSC, com a aprovação de sua Lei de Águas Territoriais. Doravante, a RPC passa a considerar a referida Lei, acima de qualquer resolução dos organismos internacionais, o que fez a ASEAN emitir a Declaração sobre o Mar do Sul da China, em 22 de

julho de 1992, em que apelava à resolução pacífica das reivindicações de soberania, ao não emprego do uso da força e à não adoção de políticas expansionistas territoriais naquela região (PEREIRA, 2004).

Ainda sob a égide da sua Lei de Águas Territoriais, a RPC, passou a patrulhar o MSC com submarinos, o que foi considerado uma ameaça à livre circulação nos mares, de acordo com o previsto na própria CNDUM. Essa questão da livre circulação nos mares é a que mais preocupa a comunidade internacional, pois pode comprometer LCM importantes para o fluxo do comércio mundial.

Em 1995, a RPC construiu instalações permanentes em um dos recifes das Ilhas Spratly, o Mischief, que estava, até então, incluído na ZEE das Filipinas. Esse fato, ocasionou um confronto naval entre esses dois Estados, caracterizando pela primeira vez, o envolvimento direto de uma Estado da ASEAN nessa questão, fazendo com que a expansão da RPC no MSC passasse a ser uma questão a ser debatida no fórum dessa associação (PEREIRA, 2004).

Inicialmente, a RPC não foi muito favorável à internacionalização da questão do MSC, mas acabou concordando com o debate desse assunto na ASEAN, principalmente, pelo fato dessa associação ter apenas um caráter consultivo e natureza não-vinculativa das suas decisões. Nos debates sobre o MSC na ASEAN, a RPC adotou um discurso que seria, fundamental, a preservação da liberdade de navegação e a segurança nas LCM do MSC. Esse discurso, até hoje, vem sendo repetido pela RPC nos fóruns que debatem esse assunto (PEREIRA, 2004).

Em 1999, a RPC voltou a construir estruturas numa outra área do recife Mischief. Entretanto, dessa vez, a ASEAN não se manifestou publicamente contra as ações chinesas, o que causou protestos por parte das Filipinas (PEREIRA, 2004).

Em 04 de novembro de 2002, os Estados da ASEAN e a RPC assinaram a Declaração do Código de Conduta no Mar do Sul da China, na qual todos os Estados ratificavam

o compromisso pela liberdade de navegação, de resolverem as questões territoriais de forma pacífica, troca de informações acerca da realização de exercícios militares e cooperação na segurança da navegação, na preservação das espécies marinhas e na investigação científica no MSC. Apesar de alguns críticos terem achado tímidas as propostas do referido código, o mesmo denota o interesse da RPC em obter uma solução negociada nas questões territoriais no MSC, embora dificilmente vá abrir mão de reintegrar por completo todos os territórios perdidos por ocasião, principalmente, do período dos “Cem Anos de Humilhação”. Além de Macau e Hong-Kong, que já foram reintegrados, falta a reintegração de Taiwan e das ilhas do MSC (PEREIRA, 2004).

No entanto, apesar desse esforço, os problemas continuaram. Em 2007, a RPC ameaçou retaliar empresas de hidrocarbonetos que assinassem contratos com o Vietnã, a fim de explorar recursos do MSC. O Vietnã tem adotado uma estratégia de oferecer à Índia, blocos de exploração de hidrocarbonetos, de forma a atrair interesses de potências extrarregionais para a disputa, e assim, reforçar suas reivindicações. Ainda no mesmo ano, a RPC afundou um navio de pesca do Vietnã (DE MORAES, 2015).

Em 2011, um navio de guerra da RPC, abriu fogo contra três pesqueiros filipinos, que estavam perto do Atol Jackson (TILL, 2013).

Em 2009, ocorreu uma séria fricção entre a RPC e os EUA, nas proximidades da Ilha Hainan, no MSC. O navio de pesquisas submarinas da marinha estadunidense, o USNS *Impeccable*, em março de 2009, estava realizando pesquisa científica militar, quando foi abordado por um navio da marinha do Exército Popular Chinês, informando que o navio estadunidense estava realizando operações ilegais no MSC, com o intuito de levantar atividades de submarinos chineses, dentro da ZEE da RPC, determinando assim, que o mesmo deixasse a região. Horas depois, houve a interceptação do USNS *Impeccable* por cinco navios chineses, que determinaram sua saída imediata. Houve revide por parte do USNS *Impeccable*, utilizando-

se canhões de água, a um dos navios chineses que se aproximou a quinze metros do mesmo (THAYER, 2010).

Esse incidente gerou um estremecimento diplomático entre a RPC e os EUA. O governo da RPC alegava que as atividades do USNS *Impeccable* ocorreram na sua ZEE, onde pela CNUDM, é reservado ao Estado costeiro a exclusividade da exploração econômica. Já os EUA, alegavam que seu navio navegava em águas internacionais, de forma a realizar pesquisas científicas sem objetivos militares, por tratar-se inclusive, de um navio sem sistemas ou armamentos para confrontos militares (ROEDEL, 2012).

Esse incidente, denota claramente a intenção de cada um dos envolvidos no MSC. A RPC marcando seu posicionamento expansionista militar na região, enquanto os EUA tentam neutralizar essa expansão, a fim de manter sua influência na região.

Ainda, fica evidente que diante da CNUDM, tanto a RPC como os EUA, deram a interpretação mais conveniente para justificar suas ações, o que parece apontar para uma certa dubiedade da mesma, favorecendo, dessa forma, a prevalência dos interesses de cada um.

No ano de 2012, a RPC estabeleceu o Distrito Administrativo de Sansha, que teria sob sua jurisdição as Ilhas de Paracel e de Spratly. Também, passa a constar dos passaportes chineses, mapas contendo a *linha de nove traços* (DE MORAES, 2015).

Em 2014, houve um incidente entre as guardas costeiras da RPC e do Vietnã, após uma plataforma da companhia *China National Offshore Oil Corporation*, ter sido estacionada em área reivindicada pelos dois Estados. Navios da guarda costeira da RPC abalroaram e lançaram canhões de água contra navios da guarda costeira do Vietnã (DE MORAES, 2015).

A RPC, desde 2013, vem investindo maciçamente em sua Guarda Costeira, que é subordinada à Administração Estatal dos Oceanos. Isso faz parte da estratégia da RPC, pois a utilização de navios militares chineses no MSC, poderia mais facilmente ser interpretada como uma ação hostil pelos demais Estados limítrofes ao MSC e pela comunidade internacional,

escalando as tensões com os Estados da região. Nesse sentido, a RPC tem utilizado a sua Guarda Costeira como principal instrumento para garantir suas reivindicações no MSC (DE MORAES, 2015).

Observa-se que a RPC vem adotando no MSC uma estratégia de obter pequenas conquistas, que não necessitam de grandes operações militares, de forma a projetar uma imagem no exterior de ser uma nação responsável, comprometida com fins pacíficos.

Em dezembro de 2016, a RPC apreendeu um drone subaquático dos EUA no MSC, a noroeste da baía de Subic, próximo às Filipinas. Os EUA alegaram que o referido equipamento estava sendo legalmente utilizado, que possuía uma inscrição em inglês dizendo que o equipamento era estadunidense e questionou a apreensão realizada pela RPC, aumentando as tensões na região (VALOR, 2016).

Além da RPC, que pleiteia a totalidade do MSC, também possuem reivindicações de soberania no referido mar, os seguintes Estados: Brunei, Filipinas, Malásia, Taiwan e Vietnã. A área reivindicada por Brunei tem sobreposição com as áreas reclamadas pela RPC, Malásia, Taiwan e Vietnã. A área reclamada pelas Filipinas tem sobreposição com a área pleiteada pela RPC, Malásia, Taiwan e Vietnã. A área reivindicada pela Malásia tem sobreposição com as áreas pleiteadas pela RPC, Taiwan e Vietnã. Taiwan e Vietnã, igualmente à RPC, reivindicam a totalidade da área do MSC (PEREIRA, 2004).

Ainda, como fato relevante, a RPC vem instalando, em suas ilhas construídas artificialmente no MSC, armamentos, como por exemplo, sistemas antiaéreos e antimísseis, o que denota sua expansão militar baseada na capacidade de A2/AD¹⁷, que considera os conceitos de Batalha Aeronaval e de Controle de Alto-Mar, contrariando seu discurso de que não

¹⁷ Capacidade de A2/AD é a chamada *anti-access e area denial*, baseada nos conceitos de antiacesso e negação de área. Trata-se de capacidades militares pautadas em uma estratégia assimétrica, que busca compensar a fraqueza de um país frente ao outro por meio de uma estratégia defensiva de desabilitação da rede informacional do inimigo enquanto se sustenta a sua própria. Esse conceito foi elaborado por analistas estadunidenses a partir de observações do programa de modernização militar da RPC (MAGNO, 2013).

agregaria valor militar às ilhas que estivessem nas principais LCM da região. Ainda, de acordo com imagens obtidas pela Secretaria de Defesa estadunidense, a RPC já teria construído pistas de pousos militares nos recifes de Fiery Cross, Woody, Mischief e Subi, que pertencem ao conjunto de Ilhas Spratly, como mostra a FIG.5 (EUA, 2017).

Essa estratégia da RPC de agregar valor militar nas ilhas que ela ocupa no MSC, de forma a prover sua defesa diante de um inimigo com superioridade militar, é interessante para Estados que não tem condições de manter suas Forças Armadas com capacidade plena de projeção de poder, como é o caso do Brasil atualmente, principalmente, considerando-se a desativação do Navio-Aeródromo São Paulo.



FIGURA 5: Pista de pouso para aviões militares no recife de Fiery Cross (NOV2016).
Fonte: EUA, 2017.

Outro fato recente, sobre as disputas por soberania no MSC, ocorreu em doze de julho de 2016, quando o Tribunal Internacional de Haia, que tem o apoio da ONU, tomou uma decisão em favor das Filipinas, concluindo que a RPC não tem direitos históricos sobre a maior parte do MSC (EUA, 2017).

Essa decisão, refere-se a um pedido unilateral das Filipinas, realizado em 23 de janeiro de 2013, para que o Tribunal Internacional de Haia arbitrasse sobre as disputas de soberania no MSC, acusando a RPC de promover uma militarização das ilhas situadas nesse mar (EUA, 2017).

No entanto, a RPC rechaça esse argumento, alegando que a militarização denunciada pelas Filipinas nada mais é que a necessária disposição de instalações de defesa em seu próprio território. A RPC não gostou dessa questão ter sido levada a um Tribunal Internacional, principalmente, pelo caráter unilateral da solicitação. Nesse sentido, a RPC recusou-se a participar da arbitragem, pois entende que a escolha dos meios para resolução de contenciosos é um direito soberano de cada nação envolvida (JINZHANG, 2016).

De fato, a RPC vem priorizando as discussões bilaterais para resolver as questões contenciosas no MSC. Através de documentos bilaterais e multilaterais, a RPC e as Filipinas já haviam se comprometido a resolver as contendas no MSC, por meio de negociações e consultas, no sentido de não haver unilateralismo nas decisões (JINZHANG, 2016).

Ainda, a RPC acusa as Filipinas, nesse caso, de querer desviar atenção de suas ocupações ilegais de ilhas chinesas dando uma roupagem jurídica às suas ações ilegais. Dessa forma, a RPC entendeu que não deveria participar da arbitragem, com tantas incoerências na solicitação filipina (JINZHANG, 2016).

Essa decisão é considerada legítima pela RPC, haja vista que, como signatária da CNUDM, em 2006, emitiu uma declaração, de acordo com um dos artigos da referida Convenção, excluindo instrumentos compulsórios, como a arbitragem, para resolver questões controversas como demarcações de áreas marítimas. Declarações semelhantes a essa, segundo a RPC, já foi feita por cerca de trinta países, incluindo o Brasil (JINZHANG, 2016).

Na sua decisão favorável ao pedido das Filipinas, o Tribunal Internacional de Haia considerou não apenas a militarização de ilhas no MSC pela RPC, como também ações de

patrulhas chinesas que resultaram em abalroamento com embarcações de pesca das Filipinas, e ainda, os danos causados aos recifes de corais, em virtude das construções artificiais que a RPC vem promovendo na região, além de rechaçar a alegação que a RPC teria direitos históricos sobre as referidas ilhas (G1, 2016).

O embaixador filipino no Brasil, na ocasião da decisão do Tribunal Internacional de Haia, Jose Dela Rosa Burgos, fez a seguinte declaração: “A decisão do tribunal arbitrário é um marco que muda a situação geopolítica não apenas da região, mas do mundo, porque influencia outras questões territoriais” (WALKER, 2016).

A RPC não considerou a decisão do Tribunal Internacional de Haia, alegando que o mesmo não teria legitimidade para resolver esse tipo de questão, afirmando que não cumprirá a decisão do mesmo. No entanto, a RPC deseja o retorno das negociações com as Filipinas, desde que a decisão do referido Tribunal seja dispensada, haja vista, a sua não concordância com a forma como o processo foi desenrolado (WALKER, 2016).

Portanto, pode-se concluir que a situação no MSC, continua sendo uma preocupação no cenário internacional, sobretudo porque, como foi visto no capítulo anterior, esse mar possui uma relevância geoestratégica não somente para os Estados do Sudeste asiático, mas praticamente para todos os Estados do mundo, haja vista, a importância das suas LCM para a economia mundial nos dias de hoje.

Percebendo essa importância, a RPC vem ampliando suas ações no MSC, seja por meio de ofensivas de sua guarda costeira, como também, agregando valor militar às suas ilhas na região. É inexorável o fato da mudança de percepção que a RPC tem dos mares, conferindo atualmente, muita importância ao seu Poder Naval, como demonstra seus altos investimentos na modernização de sua Marinha, que são hoje maiores dos que são realizados para a modernização de seu Exército.

Essa mudança vai ao encontro de sua estratégia defensiva de possuir meios para ter capacidade de antiacesso e negação de área, a chamada A2/AD.

Ainda, é relevante o comentário do Embaixador das Filipinas no Brasil, acerca da decisão o Tribunal Internacional de Haia sobre questões territoriais no MSC, quando ele aborda a possibilidade da mesma abrir precedentes para questões futuras em outras partes do mundo.

Finalmente, pode-se observar que essa questão das disputas por soberania no MSC além de preocupante é bastante complexa, e por isso, pode trazer alguns ensinamentos ou algumas interferências para a MB, como será mostrado na próxima seção.

3.2 Possíveis ensinamentos/interferências dos conflitos territoriais no MSC para a MB

O Brasil, pela distância em que se encontra, não possui envolvimento direto com as questões conflituosas acerca de soberania territorial existentes no MSC. No entanto, sobretudo pelas relações comerciais e diplomáticas que mantem com todos os envolvidos nos conflitos existentes naquela região, acaba sendo atingido de alguma forma por aquelas questões, haja vista, que as mesmas, devido à importância que ganharam no cenário internacional, acabam por influenciar debates sobre a segurança marítima, a exploração dos mares e as fronteiras marítimas, no mundo inteiro.

Além disso, a mera observação dos acontecimentos conflituosos no MSC permite que se faça uma análise das estratégias utilizadas pelas grandes potências mundiais da atualidade, os EUA e a RPC, sobre questões comuns a outros oceanos e regidas por leis e convenções internacionais, como é o caso da CNUDM.

Dessa forma, este subitem tem por objetivo identificar possíveis interferências e ensinamentos que a MB pode aproveitar sobre as questões de soberania que envolvem a RPC e os demais Estados limítrofes ao MSC.

Dada a importância das relações com os Estados do Sudeste Asiático, que hoje, sob o ponto de vista comercial, já é o destino de 20% das exportações e respondem por cerca de 30% das importações brasileiras, o Brasil, em 2012, aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático. Na Ásia, o Brasil possui também estreitas relações com a Índia e o Japão. Ainda, possui relações históricas, tanto comercialmente, como politicamente, com os EUA. Todos esses atores citados possuem interesses diretos no MSC (BRASIL, 2015).

A RPC por sua vez, é hoje, o principal parceiro comercial do Brasil, o que confere a esse Estado, importante papel em qualquer estratégia de desenvolvimento brasileiro. Mesmo já sendo o maior comprador de produtos brasileiros, há espaço ainda para um aumento nas compras de produtos brasileiros com maior valor agregado, como as compras de aeronaves da empresa Embraer, haja vista, a pujança do mercado interno chinês (BRASIL, 2015).

Ainda, a RPC, tem sido o Estado que mais investe em infraestrutura e logística no Brasil. Empresas chinesas têm investido em negócios de petróleo e gás, ferrovias e transmissão de energia no Brasil.

Nesse sentido, a tendência é que o Brasil procure se engajar mais nos campos político e econômico com a RPC, em virtude da importância estratégica que essa parceria tem para o desenvolvimento e para a inserção brasileira no cenário internacional (BRASIL, 2015).

O Brasil, nos últimos anos, percebeu a necessidade de alterar sua estratégia de desenvolvimento, dando uma maior importância ao investimento no comércio exterior, ao invés de investir no mercado interno. Dessa forma, a Ásia em geral, e sobretudo a RPC, são parceiros essenciais. Daí, vem a importância para o Brasil conhecer melhor a RPC e a sua política externa, bem como os demais Estados componentes da ASEAN. Nesse sentido, em virtude dos interesses que estão em jogo, é determinante que o Brasil que conheça o que está ocorrendo em decorrência dos conflitos no MSC, sabendo a posição de cada Estado envolvido, haja vista, que já possui parceria com todos eles, à exceção de Taiwan. Para a RPC, por exemplo, quaisquer

manifestações de apoio a algum Estado reivindicante, ou mesmo, ao posicionamento estadunidense sobre as questões do MSC, podem ser consideradas como apoio aos esforços de contenção do seu desenvolvimento, que para eles tem o viés unicamente pacífico (BRASIL, 2015).

A MB, da mesma forma, nos eventuais relacionamentos que desenvolver com os Estados envolvidos direta ou indiretamente nas questões conflituosas do MSC, deve conhecer o posicionamento de cada um deles, a fim de se coadunar com a política externa brasileira, que busca incrementar, sobretudo, as relações comerciais com esses Estados. Ainda, diante da vontade e necessidade do Brasil em aumentar seu fluxo comercial com os Estados do Sudeste Asiático, em especial com a RPC, a MB pode na mesma linha de atuação, procurar parcerias com esses Estados a fim de desenvolver seus projetos de interesse. Atuando dessa forma, a MB poderá encontrar mais facilidades e apoio político do governo brasileiro, de forma a obter recursos para os seus projetos de interesse, por meio dessas parcerias com os Estados supracitados.

Diante da importância cada vez maior que as relações comerciais com os Estados do Sudeste Asiático, e sobretudo com a RPC, têm para o desenvolvimento brasileiro, torna-se da mesma forma relevante, observar os acontecimentos no MSC, sob o enfoque da segurança das LCM que passam por esse mar.

A garantia das LCM do MSC, faz parte dos objetivos estratégicos da RPC, que depende sobretudo das mesmas, para manter seu fluxo de abastecimento e de exportação. Inclusive, a RPC justifica sua expansão pelo MSC, justamente para estabelecer bases de monitoramento e de defesa dessas LCM, haja vista, a incidência de ocorrências de pirataria, em especial no Estreito de Malaca, onde várias cargas de hidrocarbonetos têm sido interceptadas em ações de piratas (BRASIL, 2015).

Da mesma forma, a manutenção das LCM do MSC, é também usada pelos EUA, para justificar sua presença na região. Afinal, a estabilidade no MSC é demasiadamente importante para a manutenção dos fluxos comerciais de todo o mundo, e ainda, porque envolve atores essenciais na política internacional. Além da RPC e EUA, as questões conflituosas no MSC, tem o envolvimento direto ou indiretamente, dos Estados da ASEAN, Japão, Índia e Rússia (BRASIL, 2015).

O MSC é a rota marítima mais movimentada e onde se encontram os portos com mais movimento de carga do mundo, conforme observa-se na TAB.1, o que evidencia a importância das suas LCM para a economia mundial. Para o Brasil, como já mencionado neste trabalho, o MSC e suas LCM são da mesma forma sobremaneira importantes, haja vista que 30% do fluxo comercial brasileiro escoar por aquela região, e existe a perspectiva do aumento deste percentual, considerando-se a estratégia de desenvolvimento do Brasil, que prevê o reforço das relações comerciais internacionais (BRASIL, 2015).

TABELA 1
Ranking dos 10 portos com mais movimento de container do mundo (2015).

Rank	Port		País	2015
1	Shanghai		China	36,516
2	Singapore		Cingapura	30,922
3	Shenzhen		China	24,142
4	Ningbo-Zhoushan		China	20,636
5	Hong Kong		Hong Kong	20,073
6	Busan		Coréia do Sul	19,469
7	Qingdao		China	17,323
8	Guangzhou		China	17,097
9	Jebel Ali (Dubai)		Emirados	15,585
10	Tianjin		China	13,881

Fonte: DALTO, 2017.

Para a MB, tem dois aspectos que podem ser considerados nessa questão das LCM do MSC. O primeiro, é o impacto que uma eventual interrupção dessas LCM, diante de um possível arrefecimento dos conflitos na região, poderá representar para a economia brasileira, pois ocasionará a suspensão ou diminuição do comércio do Brasil com os Estados daquela região, o que poderá demandar da MB, o emprego da sua capacidade operacional plena, de modo a garantir a proteção das referidas LCM. O segundo aspecto, é em relação à estratégia naval da RPC para prover a sua defesa e a segurança no MSC, que vem sendo conhecida como A2/AD. A observação dessa estratégia poderá trazer ensinamentos para a MB na defesa da Amazônia Azul e na segurança das LCM no Atlântico Sul.

Nesse sentido, para melhor compreensão, será apresentada nos parágrafos seguintes, antes de chegar-se às conclusões desta seção, uma síntese da evolução da Estratégia Naval da RPC, visando permitir o correto entendimento do que levou a RPC a adotar a estratégia A2/AD.

A simples observação da estratégia naval chinesa mostra que, tradicionalmente, as maiores ameaças vislumbradas pelos chineses não foram marítimas. Dessa forma, os mesmos preferiram concentrar esforços na estabilidade da sua população e das suas fronteiras terrestres, ao invés de investir no comércio e na exploração marítima, de modo até a evitar contato com estrangeiros, de acordo com sua política isolacionista. Nesse sentido, o que havia de comércio com o resto do mundo, se dava por vias terrestres, ou pelo intermédio dos árabes (BACKER; ZHANG, 2012).

Por esse pensamento, pode-se entender porque o Poder Naval chinês, por muito tempo, focou a defesa do litoral e não na projeção de poder (BACKER; ZHANG, 2012).

No entanto, o pensamento naval da RPC começou a mudar, significativamente, passando de um certo desinteresse pelos mares, para principalmente, a partir da década de 1980, reconhecer que o novo contexto em que se inseria, de maior crescimento econômico e de ampla

inserção na economia e na política internacional, requereria rever seu pensamento naval, conferindo maior relevância à sua Marinha e à sua estratégia de uso dos mares, muito provavelmente, por ter observado que as principais ameaças ao atingimento de seus objetivos estratégicos passaram a estar nos mares, em especial, no MSC, em virtude da importância que o mesmo e seus estreitos passou a ter para a estratégia nacional chinesa (ROEDEL, 2012).

Desde a sua proclamação, em 1949, até a década de 1980, pode-se dizer que a estratégia naval da RPC se restringiu à proteção do seu mar territorial, que segundo a CNUDM, tem extensão de 12 milhas a partir da costa de cada Estado. Nesse período, que abrange o auge da Guerra Fria, as maiores ameaças para a RPC vinham da fronteira terrestre com a então URSS, onde eventuais atritos representariam ameaças reais à mesma. Ou seja, não havia percepção de ameaças advindas do mar (ROEDEL, 2012).

Durante a década de 1980, devido às influências da sua abertura econômica e o consequente aumento de sua participação nos mercados internacionais, decorrentes da reforma econômica promovida por Deng Xiaoping, a RPC passa a se preocupar com um espaço mais abrangente nos seus mares, englobando além do seu mar territorial a sua ZEE, que abrange uma área de duzentas milhas náuticas, tendo como referência a costa ou ilhas oceânicas de cada Estado. Xiaoping, procurou o desenvolvimento conjunto e mais pragmático do MSC e do Mar do Leste da RPC, sem levar em consideração as aspirações territoriais. No entanto, em 1982, com a aprovação da CNUDM e a consequente necessidade dos Estados submeterem suas pretensões marítimas à mesma, as questões territoriais marítimas no MSC tornaram-se mais intensas, sobretudo, as reclamações da RPC dos Arquipélagos Spratly e Paracel, pois os mesmos são fundamentais para exercer o controle daquele mar, permitindo assim a proteção das LCM que cruzam o mesmo, o que é fundamental para o desenvolvimento chinês (BACKER; ZHANG, 2012).

A partir do início da década de 1990 até os dias atuais, pode-se afirmar que o

pensamento naval da RPC, então, se voltou para os mares mais longínquos. A sua área de abrangência passou das duzentas milhas náuticas da sua ZEE, para mil milhas náuticas, englobando o que a RPC denomina de primeira e segunda cadeias de ilhas, conforme observa-se na FIG.6, que se constitui numa área de grande importância estratégica para a RPC, pois podem ser utilizadas como linhas de defesa marítima. Isso é notório ao analisar-se a modernização da Marinha da RPC, que vem adquirindo meios com mais autonomia e com capacidade de projetar poder (DE MORAES, 2015).

A primeira cadeia de ilhas se estende desde o sul do Japão até a ilha de Bornéu, passando pelas Filipinas. As ilhas e arquipélagos que constituem essa cadeia estão muito próximas à costa da RPC que, portanto, considera as mesmas como sendo próprias para um Estado lhe impor um bloqueio naval. Já a segunda cadeia de ilhas, estende-se desde a ilha de Honshu, no Japão, até a ilha de Nova Guiné, passando pela ilha de Guam, que pertence aos EUA (DE MORAES, 2015).

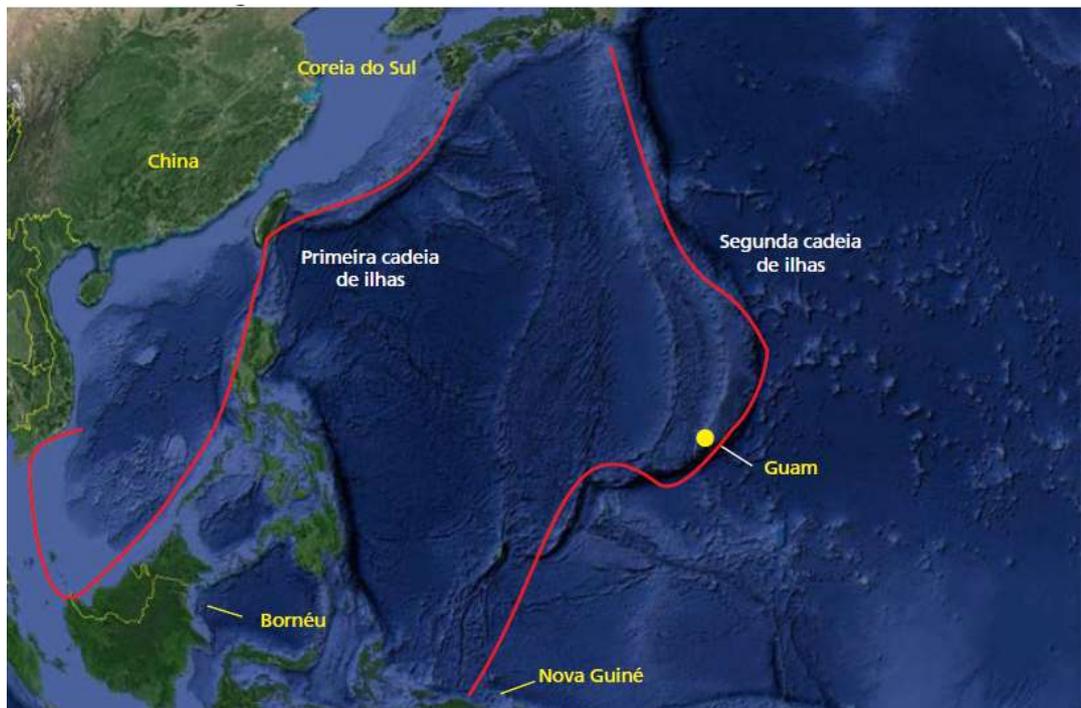


FIGURA 6- Primeira e Segunda cadeias de ilhas.
Fonte: DE MORAES, 2015.

Desta forma, essas cadeias de ilhas, ao mesmo tempo que podem ser utilizadas para impor um bloqueio naval à RPC, possibilidade que se fortalece ao considerar-se a extensa presença militar dos EUA em algumas dessas ilhas, podem também servir à RPC como linhas marítimas de defesa da costa chinesa (DE MORAES, 2015).

Com o aumento da área de abrangência dos seus objetivos estratégicos navais, a RPC tem sido obrigada a investir em meios navais de maior alcance, que sejam capazes de atender à defesa dos seus interesses, além das suas fronteiras marítimas. Ou seja, a inserção cada vez maior da RPC como protagonista no cenário internacional, exige dela uma capacidade de fazer frente não somente aos problemas com Estados próximos ou fronteiriços, mas também com aqueles que afetem seus interesses em regiões mais afastadas (ROEDEL, 2012).

Ainda, se no passado a RPC, tinha uma postura bem defensiva nos mares, hoje suas ações no MSC apontam para uma postura bastante assertiva, abandonando a política do não enfretamento e adotando uma nova abordagem (BACKER; ZHANG, 2012).

Esse atual pensamento naval da RPC, fica aparente com a recente dotação de sua Marinha com porta-aviões. A RPC adquiriu um porta-aviões russo, colocado em serviço na sua Marinha em 2012, e lançou, em abril deste ano, o seu primeiro porta-aviões construído totalmente em seu território (EUA, 2017).

Essa estratégia naval, já prevê a projeção de poder, diferentemente da estratégia A2/AD, mencionada na seção anterior, que se limita à defesa com ações e capacidades de longo alcance de seus sensores e armamentos, ou seja superior a 1.600km, a fim de evitar a entrada do inimigo no teatro de operações, que vem a ser a área onde se desenvolve as ações de combate entre oponentes, cumprindo o conceito de antiacesso, enquanto o conceito de negação de área é obtido por ações e capacidades de curto alcance, com intuito de limitar a liberdade de ação do oponente no teatro de operações (MAGNO, 2013).

Portanto, diante dessa breve exposição da evolução da Estratégia Naval da RPC e dos aspectos iniciais abordados nesta seção, é possível, doravante, identificar e analisar os ensinamentos e interferências dos conflitos no MSC para a MB.

É muito importante para a economia da RPC a manutenção das LCM, que permitem escoar o fluxo de seu comércio com o exterior. E como, dentro de sua estratégia de possuir capacidade A2/AD, as ilhas oceânicas reclamadas no MSC passaram a ter uma fundamental importância para a garantia dos interesses nacionais da RPC.

O comércio marítimo, representa hoje, cerca de 95% da balança comercial do Brasil, demonstrando a importância do mar para a economia brasileira (BRASIL, 2017a). Diante desse dado, observa-se que da mesma forma que ocorre com a RPC, a manutenção das LCM usadas para o escoamento das exportações e importações são fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil. Dentro das Tarefas Básicas do Poder Naval brasileiro, é previsto a MB controlar áreas marítimas¹⁸. Um dos efeitos desejados da referida tarefa é justamente o provimento de segurança às LCM, que a MB, como já mencionado no início desta seção, poderá ser demandada a prover nas LCM do MSC, em caso de um arrefecimento dos conflitos lá existentes (BRASIL, 2014).

Por sua vez, pode-se verificar a importância que as ilhas do MSC têm para a RPC, no que se refere à segurança das LCM que passam naquele mar. Portanto, a exemplo do que a RPC vem fazendo no MSC, agregando valor militar às suas ilhas, no Brasil, a MB pode contribuir estudando a possibilidade de agregar valor militar às suas ilhas oceânicas e empregar as citadas capacidades de A2/AD, de modo a prover uma maior segurança das LCM na área do Atlântico Sul.

Pode-se estudar a construção de uma Estação Naval em Fernando de Noronha, que

¹⁸Controlar uma área marítima, fixa ou móvel, consiste no exercício do poder de nela permitir ou negar a passagem ou a permanência de unidades militares ou não, segundo critérios próprios (BRASIL, 2014).

já conta com um aeródromo público com capacidade de operar aeronaves do porte de um Boeing 737¹⁹, de modo a servir como atracadouro para navios do porte de Fragatas e Corvetas.

Na ilha oceânica de Trindade, pode-se estudar a exequibilidade e pertinência de construir uma pista de pouso para aeronaves militares de asa fixa, principalmente, considerando-se o fato da MB não mais dispor de um Navio Aeródromo operacional.

Ainda, tanto nas referidas ilhas oceânicas de Fernando de Noronha e Trindade, bem como, no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, pode-se estudar a exequibilidade e pertinência de serem instalados sensores e sistemas de defesa que contribuíssem com as capacidades de uma estratégia A2/AD, como vem empregando a RPC, por meio desses recursos instalados nas suas ilhas do MSC.

A Ilha de Fernando de Noronha, na verdade, devido à sua posição estratégica no Oceano Atlântico, já até serviu como ponto de instalação de uma base estadunidense de monitoramento de mísseis, fruto de um acordo celebrado entre o Brasil e os EUA, em 1957 (DO NASCIMENTO, 2009).

Ainda, em um evento mais recente, ocorrido em 2009, o aeródromo da ilha de Fernando de Noronha, foi amplamente utilizado pela Força Aérea Brasileira nas buscas por sobreviventes de uma aeronave Airbus 330, pertencente à companhia de aviação *Air France*, que caiu no mar cerca de setecentos quilômetros a nordeste dessa ilha, aproveitando os recursos de seu destacamento de controle aéreo e da própria pista de pouso lá existentes (PALERMO, 2009).

Outra situação que pode vir a interferir com os interesses do Brasil e da MB, diz respeito ao cumprimento das disposições legais previstas na CNUDM e nas decisões do Tribunal Internacional de Haia.

¹⁹Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC. Disponível em: <<http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos>>. Acesso em: 18jun.2017.

A declaração do embaixador filipino no Brasil, Jose Dela Rosa Burgos, de que a decisão do Tribunal Internacional de Haia em favor do pleito das Filipinas, o qual acusava as ocupações da RPC no MSC de serem ilegais, influenciaria decisões sobre temas da mesma natureza em outras regiões do mundo, é uma preocupação que a MB e o Brasil devem ter, no que diz respeito a ocupações de ilhas oceânicas no Atlântico Sul, bem como, a outras questões de definição de limites territoriais marítimos.

A MB, embora já tenha tido seu pleito de ampliação da sua plataforma continental parcialmente aceito pela Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, pode vir a ter esses limites questionados, de acordo com interesses futuros de outros Estados presentes no Atlântico Sul, principalmente, em virtude de descobertas de reservas de hidrocarbonetos nessa região.

Ainda, sobre a posição da RPC de não considerar a decisão do Tribunal Internacional de Haia, é interessante o acompanhamento dos desdobramentos desse caso, pois denota-se do mesmo uma certa fragilidade dos organismos internacionais que legislam sobre os mares e a prevalência dos interesses das potências hegemônicas.

Portanto, como já citado anteriormente, Mahan chamava a atenção para a importância dos mares, pelo mesmos serem as grandes vias do fluxo do comércio mundial. No caso do MSC, além do mesmo possuir sobremaneira essa característica, em virtude das importantes LCM que passam por ele, ainda pode-se chamar a atenção para as riquezas que nele se encontram. Nesse sentido, pode-se dizer que além de serem importantes vias para o escoamento do comércio mundial, os mares vêm sendo também explorados como fonte de riquezas para os Estados.

Dessa forma, pelos interesses e pelos atores envolvidos, pode-se observar a importância que o acompanhamento das questões envolvendo direitos de soberania no MSC tem para todo o mundo, pois os acontecimentos que lá ocorrem podem influenciar outras

regiões, sobretudo sob o aspecto econômico, como também, podem trazer ensinamentos para a formulação de políticas e estratégias de outros Estados e outras marinhas.

4 CONCLUSÃO

Pelo afastamento geográfico da região estudada, podia-se imaginar que a proposição deste trabalho, de identificar possíveis reflexos e ensinamentos para a MB, por meio da análise dos acontecimentos envolvendo as disputas territoriais pelas ilhas do MSC, que estão sendo reclamadas pela RPC e alguns Estados do Sudeste Asiático, não seria relevante, ou até mesmo possível.

No entanto, logo ao início do desenvolvimento deste trabalho, quando foi apresentada uma síntese geopolítica da RPC, foi possível guardar algumas semelhanças com aspectos da geopolítica brasileira, sobretudo no que diz respeito à importância dos mares e das LCM para economia de cada um dos dois Estados, e dessa forma, a despeito do distanciamento geográfico, observou-se uma significativa proximidade do Brasil com as questões que envolvem as discussões de soberania no MSC.

Foi visto que, se no passado, sob a égide de uma monarquia imperial, a China adotou uma política isolacionista, preferindo isolar-se, achando que era única no mundo e menosprezando qualquer tipo de relação com outras nações, nos dias atuais, devido ao seu pujante crescimento econômico que a levou ao *status* de segunda maior economia do mundo, precisou inserir-se fortemente no cenário internacional, resultando que tudo que acontece na sua economia reflete na economia mundial.

Nesse sentido, constatou-se que as questões envolvendo o pleito de direito de soberania no MSC, ganharam uma vultuosa importância nos dias atuais, sobretudo pelo fato desse mar ser hoje fundamental para o desenvolvimento econômico da RPC, pois nele passam as principais LCM de escoamento do fluxo de importação e exportação chinês, inclusive, as fontes de energia que sustentam as significativas taxas do seu crescimento.

Logo, por essa razão, entendeu-se o quão é importante para a economia mundial, que as crises geradas pelos conflitos territoriais no MSC sejam rapidamente resolvidas, evitando-se, por exemplo, que ocorra um bloqueio de alguma das LCM que por lá passam.

A RPC considera a defesa de sua soberania como algo de caráter absoluto e indiscutível. E, se por um lado ela aproximou-se de antigos inimigos e dos seus vizinhos asiáticos por meio de relações comerciais que possui com eles, por outro lado, algumas contendas antigas, envolvendo as questões de soberania no MSC ainda não foram resolvidas.

Nesse sentido, a RPC que já teve os territórios de Hong-Kong e Macau devolvidos à sua soberania, após serem colonizados pelo Reino Unido e Portugal, respectivamente, almeja ainda a reincorporação de Taiwan e de todas as ilhas do MSC, dentro de sua política de garantir a integridade do que entende como sendo seu território.

Como foi apresentado, a questão dos pleitos de soberania das ilhas do MSC tem se intensificado, seja pelas suas características Geopolíticas, como também, pela importância estratégica que o mesmo ganhou para o crescimento econômico da RPC, pois nele passam as principais LCM do oceano Pacífico, por onde fluem boa parte das importações e exportações chinesas, e também, por onde chega boa parte das fontes de recursos de hidrocarbonetos necessárias para a manutenção das taxas de crescimento da economia da RPC. Ainda, existem grandes reservas de hidrocarbonetos fluídos e gasosos nos arquipélagos de Spratly e Parcel, recursos esses muito importantes para a economia chinesa e cobiçado pelos demais Estados daquela região, o que vem despertando mais ainda o interesse dos mesmos em possuir direito à soberania dessas ilhas.

Além da RPC, possuem pleitos por soberania no MSC Taiwan, Filipinas, Vietnã, Brunei e Malásia.

Na verdade, existe um histórico de acontecimentos e incidentes envolvendo a questão de soberania do MSC, que vai desde o tratado de 1887 entre a RPC e a França, que

dividiu o Golfo de Tonkin, e que pela interpretação chinesa a parte que lhe cabia englobaria todas as ilhas do MSC; passa pelas reivindicações da RPC em 1947, através da *linha de onze traços*, que em 1953, após o Tratado de São Francisco que dispunha acerca da rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, foi modificada para uma *linha de nove traços*, e em 1992, com a aprovação da Lei de Águas Territoriais chinesa, que a RPC considera acima de qualquer resolução internacional; até chegar no julgamento de um pedido unilateral das Filipinas, impetrado em 2013, para que o Tribunal Internacional de Haia arbitrasse sobre as disputas de soberania no MSC, onde acusava a RPC de promover a militarização das ilhas situadas nesse mar. O referido Tribunal julgou o pedido das Filipinas, em 2016, em favor do Estado impetrante, por considerar que a RPC não tem direitos históricos sobre as ilhas do MSC, como é alegado pelos chineses, e que ela promove ações de patrulha assertivas, chegando a abalroar uma embarcação de pesca filipina, e danos aos recifes de corais, em virtude das construções artificiais que vem fazendo na região.

A RPC além de ter se recusado a participar da arbitragem, sob a alegação de que a escolha dos meios para a resolução de contenciosos é um direito soberano de cada Estado, também não considerou a decisão do Tribunal Internacional de Haia, pois para ela a militarização das ilhas do MSC nada mais é do que a necessária disposição de instalações de defesa em seu próprio território. A RPC, de fato, seguindo a sua estratégia A2/AD de antiacesso e negação de área, tem utilizado as ilhas do MSC para instalação de sistemas de armas, sensores, pistas de pouso, agregando valor militar às mesmas.

Diante dessa decisão do Tribunal Internacional de Haia, o embaixador das Filipinas no Brasil, àquela data, declarou que a mesma era um marco, pois mudaria a situação geopolítica não apenas do MSC, mas do mundo, porque pode ser um precedente para influenciar decisões acerca de outras questões territoriais.

Essa declaração supramencionada aliada à postura da RPC em não considerar a decisão do Tribunal Internacional de Haia, devem ser motivo de preocupação para o Brasil e a MB, pois podem haver questionamentos futuros, dependendo dos interesses que surgirem, acerca das ocupações das ilhas oceânicas do Atlântico Sul, bem como, de questões envolvendo definições de limites territoriais marítimos.

O pleito brasileiro de ampliação da sua plataforma continental, que já foi parcialmente aceito pela Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, pode vir a ter seus limites questionados por outros Estados, sobretudo se considerado as recentes descobertas de grandes reservas de hidrocarbonetos na região.

No mesmo sentido, o Brasil e a MB, devem ficar atentos aos desdobramentos do julgamento do pleito das Filipinas, haja vista que, a postura da RPC em não considerar a decisão tomada pelo Tribunal Internacional de Haia, mostrou uma certa fragilidade dos organismos internacionais que legislam sobre os mares, transparecendo a prevalência dos interesses das potências hegemônicas, em detrimento das decisões dos mesmos.

Ainda, foram apresentados alguns incidentes envolvendo a RPC no MSC. Destacam-se dois deles, envolvendo do outro lado os EUA. Um ocorreu em 2009, nas proximidades da ilha de Hainan, onde um navio de pesquisas submarinas estadunidense, o USNS *Impeccable*, foi abordado por alguns navios da Marinha do Exército Popular Chinês determinando sua saída imediata da região, sob a alegação que estava realizando atividades ilegais. Outro caso mais recente, ocorreu em 2016, quando a RPC apreendeu um drone subaquático do EUA, a noroeste da baía de Subic, próxima às Filipinas, que supostamente estaria realizando pesquisas na região.

Nos dois casos, ambos os Estados utilizaram uma interpretação própria da CNUDM. Os EUA alegaram que as atividades de pesquisas realizadas tanto pelo USNS *Impeccable*, como pelo drone subaquático, foram desenvolvidas em águas internacionais e não

tinham objetivos militares. Já a RPC, considerando a região como dentro das suas águas jurisdicionais, marcou seu posicionamento expansionista militar na região.

A mera observação desses acontecimentos no MSC permite analisar as estratégias adotadas pelas duas grandes potências mundiais da atualidade, a RPC e os EUA, diante de questões comuns a outros oceanos e às leis e convenções internacionais que regem o uso do mar.

Também, verificou-se que o controle do MSC é importante para a Marinha da RPC desenvolver sua capacidade oceânica, operando no Pacífico ocidental e no oceano Índico.

A RPC em sintonia com seu crescimento econômico, vem aumentando seus investimentos em gastos militares, sobretudo na sua Marinha, pois evidenciou que suas atuais ameaças vêm dos mares, tendo sido necessário alterar sua estratégia naval, que antes pensava numa defesa apenas da costa e do Mar Territorial, e hoje, para se adequar ao seu novo *status* de segunda maior economia do mundo, já investe em meios navais que possam operar em mares mais longínquos, com mais autonomia e com capacidade de projetar poder.

Esse aumento dos gastos militares da RPC gerou uma desconfiança nos demais Estados do Sudeste asiático e também nos EUA, ocasionando uma militarização da região. Os EUA possuem ligações securitárias com os Estados do Sudeste asiático, com o interesse de manter a estabilidade e de garantir a livre navegação na região, mantendo o funcionamento das LCM que por lá passam.

A manutenção das LCM que passam pelo MSC, em face do mesmo ter se tornado um centro dinâmico da economia mundial, passou a ser importante para todos Estados que possuem comércio com a RPC e seus vizinhos asiáticos. A interrupção de uma LCM sequer do MSC, pode ocasionar um desastre para a economia mundial. Hoje, como se viu, o tráfego marítimo no MSC é duas vezes superior ao observado no Canal de Suez e três vezes superior ao observado no Canal do Panamá.

No caso do Brasil, 30% do comércio exterior brasileiro passa pelo MSC, e a RPC é seu principal parceiro comercial nos dias atuais. Além disso, o Brasil vem ampliando o seu comércio exterior com os Estados do sudeste asiático, o que faz as LCM do MSC terem sobremaneira importância para a economia brasileira.

Dessa forma, entende-se que as questões de qualquer ordem que venham interferir com as LCM do MSC, são de interesse para o Brasil e para o seu desenvolvimento, pois interfeririam com a sua balança comercial.

No caso específico da MB, é importante que a mesma esteja pronta, para em caso de conflitos no MSC, empregar a sua capacidade operacional plena, de modo a prover a proteção das LCM, que são utilizadas para o fluxo comercial do Brasil com os Estados daquela região. Ainda, a MB, através da análise do emprego da estratégia A2/AD pela RPC para prover sua defesa e segurança do MSC, pode identificar ensinamentos para o emprego de meios na defesa da Amazônia Azul e na segurança das LCM do Atlântico Sul.

Como exemplo desses ensinamentos, foi visto que a RPC para adotar a estratégia A2/AD, vem agregando valor militar às suas ilhas oceânicas, principalmente no MSC. No Brasil, a MB pode estudar a possibilidade de agregar valor militar às suas ilhas oceânicas, de modo a prover uma maior segurança das LCM na área do Atlântico Sul. Nesse sentido, foi apresentada a sugestão de se estudar a possibilidade da construção de uma Estação Naval em Fernando de Noronha, que já possui um aeródromo, mas não tem capacidade de ser utilizada como atracadouro para navio do porte de Fragatas e Corvetas.

Outro estudo que pode ser realizado pela MB é acerca da exequibilidade e pertinência de se construir uma pista de pouso para aeronaves militares de asa fixa na Ilha de Trindade. Esse estudo ganha relevância, quando consideramos que a MB não mais dispõe de um Navio Aeródromo.

Da mesma forma, a MB pode estudar a exequibilidade e pertinência de serem instalados sensores e sistemas de defesa nas Ilhas de Fernando de Noronha e Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, da mesma forma que a RPC, de acordo com sua estratégia A2/AD, vem fazendo nas suas ilhas. A ilha de Fernando de Noronha, conforme apresentado neste estudo, já serviu de base estadunidense de monitoramento de mísseis.

Finalmente, ao longo deste trabalho, verificou-se como o MSC é um importante cenário da Geopolítica da RPC, e também, da Geopolítica mundial. Tem sido por meio do MSC, que a RPC vem impulsionando seu desenvolvimento, utilizando-o para fins econômicos, comerciais e de apoio militar. É na importância que o MSC tomou para a RPC, que fica visível a mudança de foco dos chineses, que antes focavam nas suas fronteiras terrestres, e agora, investem maciçamente em sua Marinha, de modo a prover a defesa dos seus grandes interesses no mar.

E, por ter se tornado também uma das principais vias do tráfego comercial brasileiro, o MSC e os acontecimentos que o envolvem, devem ser alvo de monitoramento e estudos por parte do Brasil e da MB, tendo sido essa a motivação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BACKER, Rodger; ZHANG, Zhixing. Opinião estrangeira: O paradoxo da estratégia naval da China. **Naval.com.br**, 22jul.2012. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2012/07/22/opiniao-estrangeira-o-paradoxo-da-estrategia-naval-da-china/>>. Acesso em: 28mai.2017.

BBC.COM. China ocupa mar disputado “plantando” ilhas em corais. **BBC.com**, 13 set.2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_china_planta_ilhas_rm>. Acesso em 25mai.2017.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Doutrina Básica da Marinha**. 2014.

_____. Estado-Maior da Armada. **O Posicionamento da Marinha do Brasil nos Principais Assuntos de Interesse Naval**. 2017a.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. **O Mar do Sul da China: uma aproximação à política externa chinesa**, 2015. 210 p.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília, 2017b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 14mai.2017.

BRUNNSTROM, David. **China fighter plane spotted on South China Sea island: think tank**. Reuters, Washington, 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/owner/Desktop/China fighter plane spotted on South China Sea island think tank Reuters.htm](file:///C:/Users/owner/Desktop/China%20fighter%20plane%20spotted%20on%20South%20China%20Sea%20island%20think%20tank%20Reuters.htm)>. Acesso em: 04Jun.2017.

BURGESS, Peter. **The Politics of the South China Sea: Territoriality and International Law**, Security Dialogue, v.34, n.1, mar, 2003. Disponível em: <[http://jpeterburgess.com/wp-content/uploads/publications/2003/2003_The_Politics_of_the_South_China_Sea_Security_Dialogue_34\(1\).pdf](http://jpeterburgess.com/wp-content/uploads/publications/2003/2003_The_Politics_of_the_South_China_Sea_Security_Dialogue_34(1).pdf)>. Acesso em: 26mar.2017.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa. **China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-ipea, 2015. 594 p.

CLAD, James; MACDONALD, Sean M; BRUCE, Vaughn. **The Borderlands of Southeast Asia: geopolitics, terrorism, and globalization**. National Defense University. Institute for National Strategic Studies, Washington, D.C, 2011. Disponível em: <<http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/Books/borderlands-southeast-asia.pdf>>. Acesso em: 07mai.2017.

CLINTON, Hilary. **America's Pacific Century**. Foreign Policy Magazine. Washington: FP Group, out.2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>>. Acesso em: 09abr.2017.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR – CNUDM. Montego Bay, Jamaica, 1982. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/documentos/convencao-onu-mar>>. Acesso em: 19mai.2017.

DALTO, Edson. **O BNDS e o fomento à construção naval no Brasil e o Transporte Marítimo**. 07jun.2017. Apresentação ministrada ao Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.

DEFESANET. A visão geopolítica de Alfred Thayer Mahan. **Defesanet.com.br**, Brasília, 07jan.2015. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/pensamento/noticia/17880/A-visao-geopolitica-de-Alfred-Thayer-Mahan/>>. Acesso em: 28mai.2017.

DE JESUS, Fernando Soares. **China (I): A Instauração do Socialismo e as Quatro Modernizações**, jul 2015. Disponível em: < <http://www.geografiaopiativa.com.br/2015/07/china-i-formacao-politica-e.html>>. Acesso em 07abr.2017.

DE MORAES, Rodrigo Fracalossi. A ascensão naval chinesa e as disputas territoriais marítimas no Leste asiático. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa. **China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2015. p.551- 594.

DE SOUZA, Moisés Lopes. Disputas no Mar do Sul da China: suas origens e dimensões. **Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais (CEIRI)**, São Paulo, 07out.2014. Disponível em: < <file:///C:/Users/owner/Desktop/DISPUTAS%20NO%20MAR%20DO%20SUL%20DA%20CHINA%20SUAS%20ORIGENS%20E%20DIMENS%C3%95ES%20-%20CEIRI%20NEWSPAPER.htm>>. Acesso em: 30mai.2017.

DO NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues. Um Arquipélago Teleguiado: Fernando de Noronha na relação do Brasil com os Estados Unidos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE DE HISTÓRIA, XXV, 2009, Fortaleza. Disponível em:< <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0260.pdf>>. Acesso em: 20jun.2017.

DW.COM. Na abertura de congresso, Hu Jintao alerta para ameaça de corrupção. **DW.com**, 08nov.2012. Disponível em: < <http://www.dw.com/pt-br/na-abertura-de-congresso-hu-jintao-alerta-para-amea%C3%A7a-da-corrup%C3%A7%C3%A3o/a-16366193>>. Acesso em: 26mai.2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA-EUA. Secretary of Defense. **Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2017**. Washington D.C., 15mai.2017. 106p.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 136 p.

G1. Haia dá decisão favorável às Filipinas sobre o mar do sul da China. **G1.com**, São Paulo, 12jul.2016. Disponível em:< <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/haia-da-decisao-favoravel-filipinas-sobre-mar-do-sul-da-china.html>>. Acesso em: 04jun.2017.

JAE-HYUNG, Lee. **China and the Asia-Pacific Region: Geostrategic Relations and a Naval Dimension**. Nova York: iUniverse, 2003. 381 p.

JINZHANG, Li. **Arbitragem sobre o Mar do Sul da China: farsa política sob capa jurídica**. Distrito Federal, Brasília, mai.2016. Disponível em:< <http://riodejaneiro.china-consulate.org/pot/bxyw/t1362390.htm>>. Acesso em: 04jun.2017.

JINZHANG, Li. **Progresso Comum nas Novas Rotas da Seda**. Distrito Federal, Brasília, mai.2017. Disponível em:< <http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1462831.htm>>. Acesso em: 19mai.2017.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the end of a Stable Pacific**. Nova York: Random House, 2014. 225p.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011.572 p.

LOBO, Carlos Eduardo Riberi. **A República Popular da China e a Geopolítica da Ásia no Início do Século XXI: China volta como ator importante nos assuntos mundiais**. Science Brazil. Campinas, SP, mai.2012. Disponível em:< <http://www.dicyt.com/noticia/a-republica-popular-da-china-e-a-geopolitica-da-asia-no-inicio-do-seculo-xxi>>. Acesso em: 09abr.2017.

MAGNO, Bruno; SIMIONATO, Guilherme; FEDERSSSEN, Gustavo Henrique; REIS, João Arthur da Silva; DA COSTA, João Gabriel Burmann. **A resposta estadunidense ao A2/AD chinês: o debate entre air-sea battle e offshore control**. 2013. Disponível em: < http://www.academia.edu/15109658/A_RESPOSTA_ESTADUNIDENSE_AO_A2_AD_CHIN%C3%8AS_O_DEBATE_ENTRE_AIR-SEA_BATTLE_E_OFFSHORE_CONTROL>. Acesso em:04jun.2017.

OPERA MUNDI, Hoje na História: 1952- Senado dos EUA ratifica Tratado de Paz com o Japão. **Operamundi.uol.com.br**, São Paulo, 20mar.2014. Disponível em: < <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/34449/hoje+na+historia+1952+%96+senado+dos+eua+ratifica+tratado+de+paz+com+japao.shtml>>. Acesso em: 28mai.2017.

O'ROURKE, Ronald, China Naval Modernization: Implications for U.S.Navy Capabilities-Backgroud e Issues for Congress. **Congressional Reaserch Service**, Washington, DC, 29mar.2017. 107p.

PALERMO, Maria Pia. Aviões da FAB seguem busca por jatos da Air France no Atlântico. **Estadão**, São Paulo, 02jun.2009. Disponível em:< <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,avioes-da-fab-seguem-busca-por-jato-da-air-france-no-atlantico,380892>>. Acesso em: 20jun.2017.

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaio. As disputas no mar do Sul da China: uma queda de braço entre China e EUA. **Instituto Humanitas Unisinos Online**, São Leopoldo, ed.490, 2016. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6564-diego-pautasso-e-gaio-doria>>. Acesso em: 28mai.2017.

PEREIRA, Rui Pedro Reis. A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações Internacionais entre a China e os Países ASEAN. **Nação e Defesa**, Porto, n.109, p. 97-122, Jan.2004. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1350/1/NeD109_RuiPedroReisPereira.pdf>. Acesso em: 23abr.2017.

ROEDEL, Cezar Cauduro. **Águas Conflituosas, Águas Perigosas: A Disputa Sino-Americana no Mar do Sul da China**. 2012. 61f. Monografia- Mestrado de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ROSENBERG, David. **Governing the South China Sea: From Freedom of the Seas to Ocean Enclosure Movements**. Middlebury College, 2011. Disponível em: < http://www.southchinasea.org/files/2013/02/Governing_The_South_China_Sea.pdf>. Acesso em: 07mai.2017.

THAYER, Carlyle. The United States and Chinese Assertives in the South China Sea. **Security Challenges**, v.6, n.2, p.69-84, 2010. Disponível em: <<https://www.regionalsecurity.org.au/Resources/Documents/vol6no2Thayer.pdf>>. Acesso em: 08jun.2017.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A guide for the twenty-first century**. 3 Ed. Nova York: Routledge, 2013. 412p.

VALOR, com agências internacionais. Pequim apreende drone subaquático dos EUA no Mar do Sul da China. **Valor**, São Paulo, 16Dez.2016. Disponível em: <<http://www1.valor.com.br/internacional/4810419/pequim-apreende-drone-subaquatico-dos-eua-no-mar-do-sul-da-china>>. Acesso em: 03Jun.2017.

WALKER, Gabriela. Corte de Haia aumenta a tensão no Mar do Sul da China. **Correio Braziliense**, Brasília, 27jul.2016. Disponível em:< http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2016/07/27/interna_mundo,541909/corte-de-haia-aumenta-tensao-no-mar-do-sul-da-china.shtml>. Acesso em: 04jun.2017.

WHITE, Hugh. Dual leadership in Asia can avert clashes. **Global Times**, Beijing: Out.2013. Disponível em:< <http://www.globaltimes.cn/content/819778.shtml>>. Acesso em: 07mai.2017.